



»»memorial»»carrara»»2017»»

Memorial

Sérgio Carrara

Deixo aos vários futuros (não a todos) meu jardim de caminhos que se bifurcam.

Jorge Luis Borges, *Ficções*

««««●»»»»

Não vou aborrecer vocês (nem a mim mesmo) insistindo no alerta sobre o caráter ilusório ou interessado de reconstruções autobiográficas como as que estão em jogo em “memoriais”. Apenas confesso que, antes de começar a escrever o que vocês agora leem, fiquei pensando sobre como evitar enquadrar de modo excessivamente anacrônico, teleológico e artificial o que não se configura como desdobramento linear, nem muito menos progressivo de um projeto intelectual coerente e racionalmente concebido *a priori*; ou seja, o que se assemelha a uma “carreira” apenas no sentido em que o conceito foi formulado pelos sociólogos de Chicago. O desafio – não muito diferente daquele que enfrentaria em vários de meus trabalhos de pesquisa – consiste em apresentar com alguma fidedignidade uma trajetória intelectual ou acadêmica que, em seu caráter irremediavelmente histórico, deve muito ao circunstancial, ao inesperado, ao imprevisível, ao acaso.

A solução que encontrei e que ensaiarei nas próximas páginas foi a de conceber essa trajetória menos como uma linha e mais como uma forma (estrutura?) arborescente ou, se preferirem, radicular; como resultado possível da interação entre projetos e circunstâncias. Se alguns caminhos teriam sido “promissores” no sentido de se desdobrarem em desenvolvimentos posteriores, outros acabaram em *dead ends*, em becos sem saída que, um pouco como a antiestrutura de Victor Turner ou a impureza ritual de Mary Douglas, não são menos fundamentais para o desenho ou a configuração geral do trajeto. Isto significa que, na medida do possível, tentarei evitar qualquer “topiaria”, não escondendo “ramos” interrompidos ou seccionados, nem torturando “galhos fujões” para que figurem como partes de um plano geral e encompassador. Apenas ao final se poderá avaliar se a trajetória intelectual aqui reconstruída se

parece mais com uma “árvore”, com um “arbusto” ou com uma “planta rasteira”; formas que, ressaltado, são igualmente aceitáveis e interessantes do meu ponto de vista atual.



Começo com uma lembrança, uma excursão a campo realizada nos tempos da graduação em Ciências Sociais, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, onde me graduei em 1982. Em 80 ou 81, já não me recordo exatamente, sob a supervisão do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, um grupo de alunos se deslocou até São Luis do Paraitinga para participar da Festa do Divino. A pequena cidade histórica paulista é famosa por suas tradições caipiras e festas populares. Situa-se na Serra do Mar, em uma região do Vale do Paraíba que, desde meados do século XX, se tornou uma espécie de “jazida” de “sobrevivências culturais”, um campo privilegiado para pesquisas de folcloristas e antropólogos, como Robert Shirley, Emílio Willems e Alceu Maynard de Araújo. A visita fazia parte das atividades de uma disciplina ministrada pelo professor Brandão e os alunos produziram um relato etnográfico sobre a experiência.

Além da população da cidade e imediações, Paraitinga estava abarrotada de turistas “munidos” com indefectíveis câmeras fotográficas. Nós, aprendizes de antropólogos ou sociólogos da Unicamp, também portávamos as nossas... Talvez por minhas origens meio rurais e/ou pela influência que já exerciam sobre mim outros mestres, o colorido ritual me chamava menos atenção do que a intrusiva multidão que, buscando o melhor ângulo para fotografar, invadia o espaço de danças e procissões. Já suspeitava que naquele contexto “melhor ângulo” significava aquele que enquadrasse apenas o “típico” e “local”. Ainda que vagamente, o que já parecia me inquietar era o papel do turismo e da própria antropologia na produção e na manutenção de “tradições populares”, ou seja, na constituição mesma de um “objeto” (ou *empiricidade*, como diria M. Foucault) consagrado na disciplina: a “cultura popular”.

À época, difundia-se uma postura mais crítica e reflexiva em relação ao discurso científico e, portanto, também à antropologia e seus paradigmas. Nas últimas décadas do século XX, no contexto das lutas por independência que ainda se propagavam pelo que restava do mundo colonial europeu, as conexões entre a antropologia e empreendimento colonial/imperial tornavam-se cada vez mais visíveis e as implicações políticas do saber antropológico já haviam se tornado objeto de reflexão. Também já se refletia, ainda que mais timidamente, sobre o emergente “engajamento” da disciplina no sentido inverso, ao lado dos sujeitos e dos movimentos de resistência a esse tipo de poder. Como atestam “aventuras antropológicas” ensaiadas no momento em que se desmontava o regime ditatorial implantado no país, também já se pensava sobre os possíveis e desejáveis alinhamentos entre a antropologia e os então chamados “novos

movimentos sociais” (movimento indígena, negro, feminista, homossexual). Estávamos em 1980, no início do governo do general João Baptista de Oliveira Figueiredo, no Brasil da lenta e gradual “abertura democrática” e na Unicamp, onde se vivia intensa ebulição política, cultural e artística. Ex-“perigosos terroristas” e “agitadores comunistas” voltavam do exílio ou das prisões e se juntavam a sindicalistas, professores, estudantes e “trabalhadores” em antigos e novos partidos “de esquerda”. Alguns se ocupavam, em perspectiva mais “contracultural”, de escandalizar a “família brasileira” e atacar o conjunto de valores que, promovido pela ditadura, misturava respeito à hierarquia, nacionalismo, cristianismo e heterossexismo. Intrigantes sungas de crochê tornavam-se mais visíveis nas praias do país...

Como trabalho para a disciplina do professor Brandão, entreguei um texto intitulado “Por que fotografar fotógrafos fotografando” e temi ser reprovado por não estar fazendo antropologia “de verdade”. Mas Brandão avaliou positivamente o que para mim tinha sabor de heresia. Mais que isso, já no final da graduação, ele me convidaria para ser seu assistente de pesquisa e participar da implantação, no verão de 1982/1983, de um projeto sobre o saber do trabalho e sua reprodução entre camponeses daquela área. Aceitei o convite e acabei me estabelecendo em Catuçaba, distrito rural de São Luis do Paraitinga, onde Brandão desenvolveria suas pesquisas nos anos seguintes. Sobre essa experiência, ele registraria generosamente anos mais tarde (1995): “Dediquei-me durante algum tempo a eleger, entre tantos, um bairro rural do município onde pudesse fixar o lugar do núcleo da pesquisa. Sérgio Carrara, hoje um professor no Rio de Janeiro e ao tempo um estudante de graduação em Ciências Sociais da Unicamp, ajudou-me bastante nesta primeira tarefa. Ele foi por alguns meses um excelente auxiliar de pesquisa. A tal ponto integrou-se em Catuçaba, distrito de São Luis do Paraitinga e eixo de caminhos e trocas com vários bairros rurais onde finalmente nos estabelecemos, que meses depois de minha chegada e de sua partida eu era ainda cumprimentado por várias pessoas do lugar da seguinte maneira: ‘bom dia, professor do Sérgio’...”.

Confesso que o sucesso de minha incorporação ao vilarejo – provavelmente mais um sinal de que devia perseverar em um futuro como antropólogo – deveu-se em parte a um extraordinário acaso. Embora já tivesse ocupado uma casa no lugar, estava com alguma dificuldade em estabelecer contato com os moradores. Seguramente viam com desconfiança a presença ali daquele jovem de 22 anos de idade, meio hippie e sem propósitos muito óbvios. Certa tarde, em um dos quartos da casa que alugara, lia perto da janela que se abria para a rua um livro do folclorista paulista Alceu Maynard de Araújo sobre tradições e festas caipiras. Uma senhora, vizinha que sempre ensaiava um olhar curioso para dentro da casa quando passava pela calçada, vislumbrou exatamente na página que eu lia uma fotografia que a surpreendeu. Tirada nos anos 1950 ou 60, retratava um conjunto de pessoas em uma festividade. O autor não esclarecia quem elas eram ou onde a foto havia sido feita. Examinando a imagem, a vizinha começou a apontar: “essa sou eu criança”, “esse é meu pai”, “essa, minha mãe”... Sim, ela se lembrava do “Doutor

Alceu"! E, para meu mais completo assombro, disse que ele havia trabalhado justamente naquele vilarejo. O livro passou então a circular por Catuçaba e eu deixei de representar uma ameaça. Para os moradores, estava ali para fazer algo parecido com o que tinha feito o "Doutor Alceu". Propuseram-se inclusive a organizar umas danças juninas, apesar de estarmos em um tórrido dezembro (ou janeiro). Disseram que costumavam fazer isso para o "Doutor Alceu", que tomava notas e, para a sorte de meu futuro como antropólogo, fotografava.

Se inicio meu memorial com essas lembranças – quase anedotas das que frequentemente abrem relatos etnográficos – é porque elas colocam em cena uma preocupação que catalisaria vários dos temas de que me ocuparia nas duas décadas seguintes, período em que finalizaria minha formação e iniciaria minha atuação profissional. Refiro-me ao modo pelo qual concepções e práticas de diferentes saberes científicos, incluindo-se aí as da própria antropologia, participam dos jogos de poder a partir dos quais, construindo-se a si próprios e à sua autoridade, constroem também pessoas, sujeitos e identidades. Se me perguntassem hoje qual teria sido o grande tema de minha trajetória acadêmica, acho que apostaria nessa formulação. Em certo sentido, acho que até hoje continuo a "fotografar fotógrafos fotografando" e a conviver com o incômodo (e as vantagens) de me achar sempre um pouco deslocado em relação ao que se considera ser a trajetória de um antropólogo "de verdade". Essa atitude meio desconfiada, meio crítica, meio *camp* em relação à própria disciplina talvez derive do fato de me situar em alguns aspectos pessoais importantes mais do lado dos seus "objetos" do que de seus "autores". Talvez...

Se o professor Brandão foi apenas "compreensivo" com minha ousadia, ela certamente recebia incentivo bem mais decisivo por parte de dois outros mestres, Peter Fry e Mariza Correa, que já naquela época se dedicavam ao exercício de uma antropologia bastante crítica e reflexiva. É difícil descrever o impacto que tiveram sobre mim, pois ele se estende para além do âmbito profissional. No segundo semestre de 1979, Mariza ofereceu uma disciplina de introdução à antropologia em que discutia, entre outros tópicos, "a questão da homossexualidade". Sua abordagem afastava-se de perspectivas moralizantes ou patologizantes. Para elaborar o trabalho final, a turma deveria se organizar em grupos e tratar, à escolha, de um dos temas do curso. Eu e mais alguns/as colegas, um grupo bem *queer* dir-se-ia hoje, elegemos o tema da "homossexualidade" e fomos aconselhados por Mariza a procurar o professor Peter Fry para discutir o assunto. Peter nos recebeu em sua sala e, sem qualquer aparente constrangimento em relação a tornar pública sua orientação sexual, falou-nos da angústia que vivia naquele momento, sendo investigado pela polícia por ser um dos editores do jornal *Lampião da Esquina*. Outros encontros se seguiriam para a discussão do trabalho e em um deles Peter aconselhou-me a ler *Estigma*, de Erving Goffman, o que para mim foi uma espécie de revelação, com intensas ressonâncias existenciais. Com o passar do tempo ficaria claro para mim o quanto Mariza e Peter foram fundamentais para que um jovem vindo do interior do estado de São Paulo, com forte formação católica e provinciano demais para participar ativamente dos movimentos que

começavam a agitar as grandes cidades do país, compreendesse que a “homossexualidade” podia ser não apenas objeto de reflexão e de discurso (o que já não era pouco àquela altura), mas que podia ser vivida para além do registro da culpa, da injúria e da vergonha. Realmente uma dádiva sem qualquer contrapartida possível. Tive o privilégio de “entrar” na antropologia pelas mãos de ambos e minha trajetória inicial não deixa de ser uma espécie de desdobramento da trajetória que eles mesmos descreviam no âmbito da disciplina.

Em certo momento de minha carreira, quando escrevi a dissertação de mestrado (1987), pude reconhecer publicamente que Mariza foi quem me “ganhou” para a antropologia. Até a sua morte, no final de 2016, mantivemos uma relação muito afetuosa e, da minha parte, de enorme respeito intelectual. Quer fazendo parte das bancas que avaliariam minha dissertação e minha tese, quer convidando-me para participar de encontros acadêmicos no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, ou simplesmente contando-me histórias surpreendentes, ela estaria presente de diferentes maneiras em minha trajetória futura no Rio de Janeiro. Uma dessas histórias surpreendentes merece registro especial nesse memorial, como farei a seguir, pois além de demonstrar que a vida é mesmo “real e de viés” como escreveu Caetano, refere-se a uma bifurcação importante – dessas que desenham futuros radicalmente diferentes – na minha trajetória rumo às ciências sociais e à antropologia.

Durante parte de minha graduação, frequentei como bolsista um ateliê de gravura no que hoje é o Instituto de Artes da Unicamp. Em certo momento me vi bastante absorvido nessa atividade, chegando a participar de exposições na universidade e fora dela. Nesse período em que uma carreira artística se colocava como séria alternativa à já “projetada” carreira como cientista social, provavelmente em 1981, participei com outros bolsistas do ateliê de uma exposição no instituto do qual era aluno, o IFCH. Mariza foi ver a exposição e comprou uma aquarela minha. Foi a única pessoa que jamais comprou algo que eu tenha pintado. Em 2009, quase trinta anos depois desse gesto do mais desinteressado mecenato, recebo um e-mail dela, enquanto coordenadora da coleção *Gêneros & Feminismos* da Editora da Unicamp, de cujo Conselho Editorial faço parte. Ela estava planejando publicar a histórica dissertação de mestrado de Rosemary Lobert sobre o grupo teatral *Dzi Croquettes*, que tinha sido defendida na Unicamp em 1979 sob a orientação de Peter Fry. Queria saber se, por acaso, eu tinha uma cópia daquela dissertação, pois ela havia sumido da biblioteca do IFCH e sua autora desaparecera do horizonte acadêmico brasileiro sem deixar rastros fáceis de perseguir. Ninguém das relações mais próximas sabia onde se encontrava Rosemary e o que tinha feito da vida depois de deixar a Unicamp. Embora não a conhecesse pessoalmente – seu mestrado foi concluído quando eu ainda estava no primeiro ano de graduação – uma cópia do seu trabalho, feita a partir de um original mantido pelo Peter, estava efetivamente comigo e pude enviá-la à Mariza.

Pouco tempo depois, Mariza voltou a me escrever para contar que tinha finalmente descoberto o paradeiro de Rosemary e que sua história me envolvia e também aquela aquarela. Segundo ela, Rosemary lhe contava agora que, algum tempo depois de ter defendido a dissertação, viu na casa de Mariza uma pintura que ela acabara de comprar e que tinha sido feita por um aluno. E que a conversa em torno daquela aquarela teria sido o estopim para uma mudança radical nos rumos de sua carreira que se voltou, depois disso, às artes plásticas. A fantástica história se parece com um desses casos de possíveis futuros trocados: uma aquarela realizada no momento em que seu autor ponderava trocar um futuro como antropólogo por um futuro como pintor servia agora de suporte à memória de alguém que naquele mesmo momento e a partir de cogitações motivadas pela mesma aquarela efetivamente fizera isso. O mais irônico é que, trinta anos depois, o ex-futuro artista plástico que “escolheu” finalmente ser antropólogo era um dos poucos depositários do trabalho antropológico da ex-futura antropóloga que finalmente havia decidido ser artista plástica.

Entre outros pontos em comum, Mariza e Peter voltavam-se para a análise de processos sociais e políticos que se desenrolavam na sociedade brasileira e que mobilizavam, sobretudo, as camadas médias urbanas. Ambos, cada um a seu modo, desenvolviam crítica mais ou menos explícita às perspectivas estrutural-funcionalistas ainda dominantes na disciplina. No início dos anos 1980, Mariza já incorporava em seu trabalho sobre a “Escola Nina Rodrigues” a abordagem genealógica de Michel Foucault, cujo pensamento ela me apresentaria através de *Vigiar e Punir – Nascimento das Prisões*. Antes disso, fortemente influenciada pelo feminismo, ela havia analisado o modo como os tribunais de Campinas processavam os casos de assassinato de mulheres por seus companheiros, os chamados “crimes passionais” ou “em defesa da honra”. Peter dedicava-se, entre outros temas, à análise das interações entre concepções populares e eruditas sobre a sexualidade e acompanhava as movimentações do então nascente “movimento homossexual brasileiro”.

Talvez devido ao peso de certa vertente da antropologia social britânica para a própria formação do Departamento de Antropologia da Unicamp ou ao prevalente marxismo vigente nas ciências sociais daquela universidade no início dos anos 1980, a aproximação entre história e antropologia ali se adensava notavelmente. Além de Mariza e Peter, também Verena Stolcke e Maria Manuela Carneiro da Cunha faziam significativas incursões históricas em torno de temas como etnicidade, raça, classe e gênero. Assim, ainda na graduação, pude levantar informação documental tanto para Mariza quanto para Peter, de quem fui auxiliar em uma curta mas memorável experiência de pesquisa em Salvador no verão de 1980/1981. O tema era o carnaval e a pesquisa daria subsídios a um documentário para uma televisão inglesa.¹ Enquanto Peter

¹ Dirigido por Carlos Pasini Hansen e intitulado *Carnaval-Bahia*, o documentário foi produzido para a série *Disappearing World*, da Granada Television UK, e ainda pode ser visto em

etnografava a preparação da festa, acompanhando a estreia do grupo Olodum, eu mergulhava nos arquivos da cidade em busca de informações históricas. O resultado desse trabalho conjunto teve de esperar vários anos para se materializar na forma de um artigo.² Nele, procuramos oferecer uma leitura alternativa à abordagem estruturalista consagrada por Roberto DaMatta, explorando o modo como, desde finais do século XIX, a festa vinha sendo disciplinada pelos poderes públicos, ajustando-se às hierarquias sociais presentes na sociedade brasileira e não as invertendo necessariamente. Antes de sua publicação e ainda sem a intervenção do Peter, uma versão preliminar do texto foi apresentada por mim e por Ana Luiza Martins Costa, já alunos de mestrado do Museu Nacional, na forma de trabalho final para um curso sobre ritual ministrado pelo próprio DaMatta em 1984. Registro aqui seu generoso e incentivador comentário: “Ana Luiza e Sérgio, fizeram um trabalho profissional no sentido de que é cauteloso sem ser acadêmico, é saudavelmente crítico sem ser destrutivo e é, finalmente, original no sentido em que penetra agudamente a problemática que os autores veem como relevante. A síntese de tudo, mais o estilo, é o que se chama pomposamente de Antropologia Social”.

Enfim, desde a graduação, fui me envolvendo cada vez mais intensamente com o trabalho em arquivos e bibliotecas. O interesse por processos de transformação social e pelas articulações entre cultura e política redimensionava a importância das fontes históricas para a reflexão antropológica e marcaria minha trajetória nos anos seguintes quando, já no Rio de Janeiro, faria Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ.

Em 1982, no final da graduação, já tendo escapado de alguns possíveis futuros, pensava em ingressar em uma pós-graduação. Tive então, em um pequeno restaurante de Campinas, uma conversa decisiva com Peter Fry. Ele me comunicava que passaria uma temporada no Rio de Janeiro como professor visitante no Museu Nacional e que, motivado pelo caso Febrônio Índio do Brasil, para o qual Mariza havia chamado a sua atenção, pensava desenvolver projeto de pesquisa no Manicômio Judiciário do estado, instituição que abrigava Febrônio desde o final dos anos 1920. Como diria no final dos anos 1990, mais de quinze anos depois, ele estava então interessado em “abordar o crescente poder dos médicos brasileiros na definição da loucura e da responsabilidade criminal, bem como a constituição de uma série de saberes sobre a homossexualidade e a miscigenação; dois fatores importantes na definição da loucura moral de Febrônio”.

A sugestão era para que eu tentasse a seleção do Museu Nacional e, caso aprovado, tornar-me seu orientando e assistente de pesquisa. A ideia era repetir, em contexto muito menos

<http://www.carlospasinihansen.com/films.html#/id6>

<http://www.carlospasinihansen.com/films.html#/id7> (Acesso em 08/10/2017).

² Carrara, Fry e Costa, 1988.

dionísíaco, a parceria ensaiada em Salvador, sendo que eu me debruçaria novamente sobre fontes históricas e ele sobre dados etnográficos. Dessa experiência eu poderia extrair minha dissertação de mestrado. À época, como escreveria mais tarde na introdução da dissertação, eu justificava minha decisão pelo fato de estar impactado pelo pensamento de Michel Foucault e por haver na antropologia dos anos 80 “um grande interesse na constituição de um olhar mais amplo que dê conta de processos de mudança social, que esteja atento aos deslocamentos de significado, à irrupção do novo e à questão do poder”. Aceitei a sugestão sem obviamente poder antever todas as suas consequências sobre minha trajetória posterior; sem poder antecipar que, frustrando futuros bem mais prováveis em Campinas ou São Paulo, estaria eu hoje, trinta e cinco anos depois, escrevendo esse memorial aqui, na antiga praia do Russel, onde moro no coração do Rio de Janeiro.



No curso de Mestrado do Museu, aproximei-me dos saudosos professores Lygia Maria Sigaud e Luiz de Castro Faria. No início de 1984, estive com Lygia e seus orientandos na Zona da Mata pernambucana, participando de pesquisa sobre ações trabalhistas movidas por camponeses contra donos de engenhos. Depois disso, trabalhei por mais de um ano sobre os dados quantitativos coletados pela equipe. Se não me voltei à área de estudos que Lygia cultivava (mais uma vez me escapava um possível futuro nos estudos sobre campesinato ou populações rurais), foi no trabalho com ela que perderia o medo dos *surveys* e me familiarizaria um pouco mais com os métodos quantitativos de pesquisa que, anos depois, eu utilizaria em contexto envolvendo outros sujeitos sociais também engajados em demandas por justiça. Mais importante que isso, foi através das aulas de Lygia e de Castro Faria que fui exposto mais sistematicamente às reflexões de Pierre Bourdieu, interessando-me, sobretudo, por suas elaborações sobre “campos intelectuais e científicos”. Com Castro Faria, também discutiria pensamento social brasileiro e história da antropologia. Com seu conhecido humor ácido, o professor sempre olhava para mim quando tratava de criticar a produção dos intelectuais paulistas, como se me responsabilizasse pelo que considerava terem sido seus “erros” e “equivocos”. Para ele, eu seria sempre uma espécie de representante da academia paulista no Museu...

Foi também no Museu, no segundo semestre de 1983, que encontrei o professor Luiz Fernando Dias Duarte que, com Peter e Mariza, seria a outra referência fundamental em minha trajetória na antropologia. Ele ministrava então o curso de Teoria Antropológica II e o organizou em torno da categoria de “identidade social”. Na ementa anexada ao *Programa da Disciplina*, “calouros” como eu podiam ler entre fascinados e aterrorizados os objetivos do curso: “Num sentido mais abstrato, a reflexão sobre a identidade social procura fazer aceder à percepção das fronteiras mais radicais da relativização antropológica – no sentido de que estão na “raiz” de

sua própria possibilidade de constituição, de sua genética tensão entre Universalismo e Diferença” (grifo do autor).

Foi para Luiz Fernando que, na forma de um trabalho de conclusão de curso, dirigi o primeiro fruto mais consistente das “descobertas” que vinha fazendo em minhas incursões iniciais à biblioteca do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. O texto abordava o histórico movimento liderado por médicos-legistas e juristas brasileiros nas primeiras décadas do século XX em prol da implantação da identificação dactiloscópica obrigatória no país. Parafraseando o título de um ensaio que Duarte acabara então de publicar, meu trabalho intitulava-se *Do controle do eu no templo da técnica: a ciência e a doutrina da identificação no Brasil*. Por sua indicação, ele seria publicado como número 50 do *Boletim do Museu Nacional-Nova Série*.³ Além de subsidiar minha primeira publicação acadêmica, a reflexão sobre a luta pela implantação das carteiras de identidade forneceria material para minha primeira comunicação em congresso científico, na Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), realizada em Brasília, em abril de 1984.

Gostaria de ressaltar dois pontos da discussão inicial empreendida naquele artigo por suas ressonâncias em trabalhos posteriores. O primeiro diz respeito ao meu interesse pelo tenso diálogo estabelecido entre medicina e direito e, mais amplamente, pelo papel dos discursos científicos nos modos de funcionamento dos aparatos jurídico e policial. O segundo relaciona-se à clássica discussão antropológica relativa às concepções sociais sobre a pessoa, no caso, à noção de indivíduo em sua dimensão qualitativa, conforme postulava G. Simmel. Nesse momento, interessava-me principalmente explorar a difusão da noção de “indivíduo como espécie”, na formulação lévi-straussiana, ou seja, como ente absolutamente singular, insubstituível espacial e temporalmente, ponto único em uma série infinita e cujo símbolo mais perfeito seria um número, o “RG”.

Essa dimensão romântica do ideário individualista – dimensão da diferença e da *uniqueness* – foi o que “assombrou”, por assim dizer, todo o trabalho reflexivo sobre as históricas relações entre os discursos jurídicos e científicos sobre o crime e a loucura que desenvolvi a partir da pesquisa no Manicômio Judiciário. Porém, a discussão sobre as implicações entre transgressão e processos de singularização que a problemática dos loucos-criminosos suscitava nunca chegou a ser completamente formulada nesses termos e só seria enfrentada um pouco mais explicitamente em um curto artigo intitulado “Singularidade, Igualdade e Transcendência: Um Ensaio sobre o Significado Social do Crime”, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em 1991, quando já estava no doutorado.⁴ De modo geral, a preocupação com as “expressões culturais” dessa dimensão da ideologia individualista ficaria em geral insinuada apenas nas epígrafes, cuidadosamente escolhidas entre autores como Sade, Huysmans, Dostoiévski e

³ Carrara, 1984, 1990.

⁴ Carrara, 1991a.

principalmente Jean Genet, esse “apóstolo da singularidade”, como o nomeia Edmund White, um de seus mais importantes biógrafos. Além disso, nos trabalhos dessa época, acabei concentrando-me bem mais na instrumentalização dessas concepções românticas sobre a pessoa e sua singularidade em dispositivos específicos de poder e de controle social. Além do trabalho debutante sobre a difusão das carteiras de identidade e da identificação dactiloscópica entre nós, essa preocupação estaria presente na reflexão posterior sobre a incorporação das medidas de segurança e da noção de *periculosidade* no direito penal brasileiro; e, finalmente, na discussão sobre a manutenção e até mesmo o aprofundamento de princípios tutelares apoiados em discursos científicos sobre a delinquência no âmbito da reforma do Código Penal brasileiro de 1985.⁵ Nesse plano, sempre estive em jogo para mim o modo como concepções científicas sobre o crime e o criminoso, em geral de cunho médico-psiquiátrico, foram incorporadas na prática jurídica e penitenciária.

Iniciada em agosto de 1983, momento de ascensão do ideário da “reforma psiquiátrica”, a pesquisa no Manicômio Judiciário envolveu, além de trabalho de campo exploratório, um longo mergulho em arquivos e bibliotecas cariocas. Já com explícitas referências ao que vinha estudando com o professor Luiz Fernando, além das mais óbvias remissões ao trabalho de Michel Foucault, em a *História da Loucura na Idade Clássica*, e ao de Robert Castel, em *A ordem psiquiátrica – A Idade de Ouro do Alienismo*, a emergência da instituição foi abordada por mim a partir do conflituoso processo de articulação entre concepções científicas/deterministas e iluministas/libre-arbitristas sobre a pessoa humana, ou seja, entre princípios do individualismo da igualdade e do individualismo da singularidade, no que dizia respeito à responsabilidade individual. Revisitando o conhecido debate entre as chamadas Escola Clássica e Escola Positiva do Direito Penal, explorei em especial o modo como se articularam modelos jurídico-racionalistas e médico-psiquiátricos de intervenção sobre condutas consideradas desviantes ou transgressoras. O compromisso com a análise de “processos sociais” se explicitava claramente na proposta de considerar o Manicômio Judiciário mais como espécie de “solução final” de um conflito histórico de competências, de projetos e de representações sociais mais abrangentes” do que “simplesmente como um acordo entre funções sociais complementares” exercidas pelo direito e pela medicina.

De modo geral, procurei mostrar como, em finais do século XIX, a introdução na prática concreta dos tribunais das figuras da “degeneração” e da “criminalidade-nata” ameaçava fazer ruir o próprio edifício jurídico-penal liberal, uma vez que aquelas figuras advinham de uma configuração ideológica inteiramente distinta da que dividia os criminosos entre os mentalmente doentes e os mentalmente sadios, destinando os primeiros aos hospícios e os segundos às prisões. Mais que isso, defendi que tais figuras se condensavam em torno daqueles comportamentos transgressivos ou desviantes que eram vistos como especialmente hediondos e/ou paradoxais,

⁵ Fry e Carrara, 1986.

ou seja, em torno de atos que nem podiam ser facilmente apreendidos a partir de uma gramática racionalista centrada em “motivações” ou “interesses”, nem podiam ser imediatamente reduzidos a sintoma de qualquer doença mental. Explorando os meandros da teoria da degeneração e mesmo da antropologia criminal lombrosiana, pude perceber que os casos mobilizados como exemplos dessa nova concepção determinista e singularizante da pessoa humana eram justamente as transgressões culturalmente ininteligíveis, fosse pela intensidade da violência empregada – os chamados “requisites de crueldade” – fosse pela “natureza” das vítimas sobre as quais se exercia – sua extrema vulnerabilidade em relação a seus algozes.

Assim, os manicômios judiciários não apenas significavam uma espécie de *détente* no conflito entre os discursos jurídico e médico-psiquiátrico por receberem indivíduos que se situavam em suas fronteiras, mas ofereciam também um destino institucional para os que, por suas supostas ações, eram colocados nas fronteiras da própria humanidade. Era na avaliação de atos que, por serem excessivamente singularizadores, podiam até mesmo parecer manifestação da mais extrema liberdade que as concepções biodeterministas se afirmavam. Por isso as teorias da degeneração podiam se aplicar tanto ao criminoso mais cruel quanto ao gênio mais criativo, oferecendo-se como espécie de teoria geral do desvio, da originalidade ou idiosincrasia.

Enfim, o mais importe neste ponto é destacar que eixos significativos de meu trabalho posterior já estavam então esboçados. No horizonte mais geral de uma antropologia da pessoa moderna, interessavam-me os modos eruditos de atribuir sentidos às transgressões e aos desvios sociais (fossem concebidos como doença ou como crime) e as formas pelas quais, incorporando tais sentidos, se dava sua gestão institucional. Uma vez que foquei na prática concreta que se desenrolava nos tribunais e me familiarizei com os arquivos judiciais cariocas, a pesquisa de mestrado também imprimiria em minha trajetória um gosto particular pelo trabalho com processos penais, cultivado ainda em duas outras pesquisas realizadas na década seguinte. Intitulada *Crime & Loucura – O Aparecimento do Manicômio Judiciário na Passagem do Século*, a dissertação foi defendida no início de 1988. Apenas seria publicada dez anos depois, dada a providencial intervenção do professor Antonio Carlos de Souza Lima, amigo desde os tempos do mestrado no Museu, que via nela contribuição significativa para a discussão que fazia sobre poder tutelar.⁶ E, para registro da memória, foi ele também quem indicou para ser meu primeiro assistente de pesquisa Marcos Otávio Bezerra, então graduando em Ciências Sociais da UFF e hoje professor titular daquela universidade.

Quando da publicação da dissertação, pude escrever um alentado posfácio em que discuto com historiadores – Robert Nye, Daniel Pick, Ruth Harris e Pierre Darmon – que, nos anos 1980, também pesquisavam as relações entre crime e loucura e a “configuração simbólica” da degeneração. Como alguns deles reconhecem explicitamente, temas relacionados à “percepção cultural do desvio” eram naquela época espécie de “terra incógnita”, como escreve Robert Nye;

⁶ Carrara, 1998.

e a teoria da degeneração, uma “palavra esquecida”, na formulação de Daniel Pick. Se minha própria abordagem e a de Ruth Harris aproximavam-se em vários pontos, inclusive em relação ao que ela chama de “dilema administrativo” que os criminosos considerados degenerados colocavam para a gestão médica dos hospícios, é o trabalho de Pierre Darmon que, explorando as diferenças cruciais entre a abordagem da antropologia criminal e da psiquiatria sobre as relações entre crime e loucura, desenvolverá uma reflexão mais claramente antropológica e mais próxima da que eu mesmo estava tentando fazer.⁷

Antes de finalizar o mestrado e quase simultaneamente à minha entrada, em finais de 1985, no Instituto de Medicina Social como “professor auxiliar 10 horas”, apareceria outro “ramo” na trajetória aqui descrita. Embora absorvido na redação da dissertação, era impossível permanecer indiferente ao “furacão” representado pela emergência da AIDS, principalmente no caso daqueles que, como eu, estavam sendo considerados especialmente “perigosos” e “em perigo”. Naquele mesmo ano, a convite da saudosa Cláudia Moraes, à época orientanda de Rubem César Fernandes no Museu Nacional, passamos a analisar as primeiras notícias sobre a nova epidemia veiculadas na imprensa brasileira. Disso resultariam dois artigos.⁸ Um deles tratava do modo como a imprensa brasileira vinha enquadrando a nova doença, e o outro, mais extenso, abordava as controvérsias no campo científico e a nova síndrome enquanto “construção social”.⁹ É interessante notar que o trabalho de Susan Sontag (*A Doença como Metáfora*) vinha então se somar à inspiração de autores como Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss, Pierre Bourdieu e Michel Foucault na sustentação de uma abordagem que, nos estudos sociais da ciência, começava a se consagrar como “construcionismo social”. Estamos exatamente no ponto em que a abordagem desenvolvida pela história social das doenças e a crítica às categorias nosológicas da psiquiatria convergiam para a discussão sobre a construção social de doenças mais “orgânicas” e sobre o discurso biomédico em torno delas.

Além disso, em finais de 1986, participei da fundação da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e passei a acompanhar as primeiras atividades do chamado “movimento social de AIDS”. Foi nessa época que se estabeleceram as bases para a futura cooperação com Sílvia Ramos, à época coordenadora da ABIA, em pesquisas sobre “violência contra homossexuais”. Esse interesse inicial pela nova síndrome também contextualiza meu posterior envolvimento, já no IMS, no amplo projeto de pesquisa sobre o impacto social da AIDS do Brasil, coordenado por Maria Andrea Loyola, com apoio da Fundação Ford. Em seu âmbito, iria desenvolver minha pesquisa de doutorado sobre a história do combate às doenças venéreas no Brasil, da qual tratarei adiante. Ressalto que foi apenas escrevendo esse memorial que me dei conta da importância da ação simultânea de Peter Fry, já então trabalhando na Fundação Ford,

⁷ Carrara, 1989, 1991b, 2014, 2011.

⁸ Moraes e Carrara, 1985a e 1985b.

⁹ Com o título “Un solo virus no hace enfermedad”, este foi meu primeiro trabalho publicado em língua estrangeira (Carrara e Moraes, 1989).

e de professores do IMS que eu só conheceria um pouco mais tarde, como Hésio Cordeiro e Reinaldo Guimarães, então trabalhando no governo federal (INAMPS e FINEP, respectivamente), para a estruturação de organizações como ABIA, GAPA e PELAVIDDA e, por consequência, para a tão internacionalmente elogiada “resposta brasileira à AIDS”.

Como disse, minha entrada no Instituto de Medicina Social ocorreu em finais de 1985. Até onde sei, era o terceiro antropólogo a ser contratado pela instituição, se levarmos em conta a rápida passagem por ali de Lygia Maria Sigaud em meados dos anos 1970, quando a UERJ era ainda Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Ressalto que minhas relações prévias com o IMS se vinculavam apenas às leituras de trabalhos ali desenvolvidos por pesquisadores como Jurandir Freire Costa, Joel Birman, Benilton Bezerra Jr. ou Roberto Machado em torno da história da psiquiatria no país. E durante meus primeiros anos no IMS e na Saúde Coletiva, minha contribuição esteve majoritariamente voltada para o estudo das teorias e das práticas da psiquiatria e da medicina-legal. Minha entrada na Saúde Coletiva é praticamente simultânea à própria consolidação dessa área multidisciplinar no contexto intelectual brasileiro. Nesse sentido, pude participar do Primeiro Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, organizado pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO) e intitulado “Reforma Sanitária e Constituinte – Garantia do Direito Universal à Saúde”. O congresso foi realizado na UERJ em setembro de 1986 e, em seu “Grupo 6 – Saúde Mental”, eu apresentaria comunicação sobre a “História do Manicômio Judiciário no Rio de Janeiro”.

De um ponto de vista mais abrangente, uma das primeiras coisas que fiz ao chegar ao IMS foi mapear o tipo de abordagem sociológica que se fazia ali e pensar como a antropologia social poderia se situar em relação a ela. Essa reflexão foi objeto de uma comunicação apresentada na XV RBA, no GT Antropologia e Saúde, coordenado por Maria Andrea Loyola, que se reuniu em Curitiba no início de 1986, ou seja, poucos meses depois de meu ingresso no IMS. Minha comunicação intitulava-se “*Antropologia e Saúde, uma primeira abordagem*” e nela eu analisava o conteúdo dos programas de curso que vinham sendo ministrados no IMS. Pelo seu caráter quase programático em relação à minha trajetória futura e ao que imaginava ser o papel da antropologia na área da saúde de modo geral, gostaria de me demorar um pouco mais sobre aquela comunicação.

Logo no primeiro parágrafo, reconhecia que aquelas reflexões eram “de um iniciante, de um recém-chegado a uma área de conhecimento onde se apagaram um pouco as fronteiras de disciplinas tradicionalmente separadas e se tentou com relativo sucesso uma integração entre as chamadas ciências médicas e as chamadas ciências sociais”. Dizia ainda que, “nessa área de fronteira”, a antropologia se parecia com a “irmã mais nova que vigia o namoro da mais velha”, que, nesse caso, seria a sociologia, especialmente em suas vertentes marxistas. Parecia-me que esse papel coadjuvante se devia em parte ao fato de que “a linha predominante em antropologia,

sendo relativizadora, disruptiva e fragmentária, propusesse uma fragilização momentaneamente indesejável a uma reflexão que trazia em seu bojo um projeto de intervenção política profunda e imediata, devendo, portanto, ser globalizante, coesa e segura de suas verdades”. Segundo dizia, o tema predominante dos cursos do IMS era o da “determinação social da doença”, expressão que recobria certa “economia política da doença e da saúde”. Como pude ressaltar, “não se pretendia apontar para a constituição social das categorias nosológicas (apresentadas como realidades objetivas), mas sim para as relações entre a organização social, condições de vida e trabalho e os chamados perfis de morbo-mortalidade”. Embora eu destacasse que, simultaneamente a esse investimento central, elaborava-se no IMS uma reflexão que, inspirada no pensamento de G. Canguilhem e M. Foucault, voltava-se, sobretudo, para o próprio desenvolvimento da medicina social, eu não percebia ainda a profunda tensão existente entre tal perspectiva e a que se organizava sob a ideia de “determinação social da doença”.

De todo modo, essa economia política da saúde e da doença, ou seja, essa reflexão centrada no modo de distribuição diferencial de males e cuidados no regime capitalista já dava então sinais de estar se exaurindo. Os críticos do sistema de saúde então vigente – vários dos quais professores do próprio IMS – estavam assumindo importantes posições governamentais e lideravam o processo de reforma sanitária que iria enfim universalizar o acesso à saúde no país. Isso fazia com que o problema passasse da desigual distribuição de cuidados (idealmente todos teriam acesso a eles) para a própria “qualidade” de tais cuidados e para o modo como se daria a desejada “participação popular” na nova política de saúde. Parecia-me que nesse novo contexto a reflexão antropológica teria caráter estratégico, especialmente a que se voltava para a análise do que, naquela comunicação, chamei de “sistemas diferenciais de produção simbólica sobre saúde/doença”. Inspirado pelas análises de Luc Boltanski, pensava que a discussão sobre a “qualidade” dos cuidados de saúde passava necessariamente pelo reconhecimento da “relação de poder que se estabelecia principalmente quando o médico se defronta com membros das classes trabalhadoras”, cujas formas singulares de dar sentido ao mal ele desconhecia e/ou não considerava relevantes. Os agentes de saúde deveriam, portanto, (re)conhecer os universos simbólicos dessas classes e tomá-los como um saber.

Além disso, como escrevia então, “se do último encontro da medicina com as ciências sociais surgiu uma reflexão que tratava o consumidor dos serviços de saúde enquanto entidade abstrata, homogeneamente passivo, no plano intelectual, e totalmente carente, no plano social; por outra parte, tratou a própria medicina como um corpus também homogêneo, como saber científico/coletivo socialmente valioso, que necessitava apenas ser bem administrado e politicamente orientado para escapar dos efeitos mais perversos do capitalismo”. Pensava que a antropologia poderia ser fundamental no “deslocamento da preocupação com a ‘determinação social da doença’ (que supõe o saber médico como algo dado) para a da ‘constituição social da doença’, o que direcionaria as investigações para a própria constituição social do saber médico,

ou seja, para a medicina enquanto campo de relações políticas cujo produto simbólico é a própria doença e as terapias competentes em sua face pública ou oficial”. Propunha então que a análise que vinha sendo feita em relação às “doenças mentais” se estendesse para doenças mais “orgânicas”. E, como pano de fundo, evocava explicitamente a epidemia de AIDS: “Atualmente, por exemplo, se desenrola um amplo processo político nos bastidores da medicina em torno da definição da AIDS, processo que nos chega, é claro, exclusivamente como a tentativa dos médicos em descobrir a realidade da doença e estabelecer a terapia possível”. Conforme pensava, entender o modo como a medicina científica se articula com “sistemas simbólicos mais amplos e disseminados na sociedade” era compreender a sua própria “condição de eficácia”. Isto, é claro, desde que se adotasse a concepção maussiana de “homem total”, ou seja, de uma “unidade vital cujos processos se tornam mais obscuros quanto mais se procura apreendê-los a partir de uma visão analítica que os divide em fisiológicos, psíquicos e morais”. A compreensão da atividade científica nos quadros mais amplos da reflexão maussiana e levistraussiana sobre eficácia ritual iria ainda me ocupar em alguns trabalhos posteriores. Em outros, estariam em questão problemas mais circunscritos, como o estatuto de uma “antropologia da saúde” ou uma “antropologia da ciência”, ou ainda a posição da antropologia no campo da saúde coletiva.¹⁰

Como disse, cheguei ao IMS em momento em que a instituição se via esvaziada de quadros importantes, ocupados então com a implantação de uma nova política de saúde no país (o futuro Sistema Único de Saúde). Em posições estratégicas no governo que conduzia a transição democrática no país, estavam engajados na chamada “reforma sanitária”. Incorporei-me ao processo de “reforço” do IMS, internamente liderado pelos professores chamados de mais “acadêmicos”, em geral cientistas sociais, psicólogos/psicanalistas ou epidemiologistas. Assumi cursos obrigatórios, oferecidos tanto na Residência em Medicina Preventiva e Social quanto no Mestrado em Medicina Social (hoje extintos). Na Residência, o curso que ministrava tinha como título “População e Serviços de Saúde” e a ementa que elaborei para uma de suas edições (1988) explicitava: “Esse curso tem por objetivo levar aos alunos uma reflexão sobre doença que ultrapasse o mero reconhecimento do processo mórbido, apreensível através de uma abordagem biomédica. Para além do microscópio, doenças e terapias podem ser também compreendidas enquanto ‘construções culturais’. Trataremos, portanto, dos significados e das funções sociopolíticas de tais ‘construções’ e de suas variações segundo grupos e classes sociais diversas”. Pouco mais de um ano após meu ingresso no IMS, o Mestrado em Medicina Social se transformaria em Mestrado em Saúde Coletiva, não mais destinado apenas a médicos. Além de ter oferecido diferentes Tópicos Especiais em Ciências Humanas e Saúde, cujos temas variaram segundo meus interesses de pesquisa, eu me ocuparia principalmente da disciplina obrigatória

¹⁰ Carrara 1994, 2002, 2012a e 2012b; Russo e Carrara, 2015.

intitulada Saúde Coletiva, cujo objetivo geral é discutir a configuração do próprio campo em que atuamos.

A atividade didática no Mestrado e, depois de 1991, também no Doutorado propiciaria a colaboração com colegas, em sua maioria antropólogos incorporados aos quadros do IMS nos anos seguintes, como Luiz Antônio de Castro Santos, Tânia Salém, Jane Russo, Maria Luiza Heilborn e Fabiola Rodhen. Logo de meu ingresso, assumi a responsabilidade de coordenar a equipe editorial da principal publicação da instituição, os *Cadernos do IMS*, que se encontrava interrompida. Além de mim, participavam da equipe editorial os professores Joel Birman, Luiz Antônio Castro-Santos e Maria Lúcia Fernandes Pena. Durante três anos (1987-1990), até serem substituídos pela revista *Physis* (1991), aqueles *Cadernos* publicaram os resultados de pesquisas desenvolvidas nos três departamentos do IMS. Ainda com meus colegas do Instituto discuti ativamente as diferentes reformulações da pós-graduação em Saúde Coletiva, da qual viria a ser vice-coordenador e coordenador em dois momentos (1996/1997; 2000/2001), e a própria sustentabilidade do IMS, participando da fundação do Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (CEPESC).



No final da década de 1980, ao finalizar o mestrado (1988), estava dividido entre me voltar para a temática da AIDS ou perseguir o que me parecia ser um dos “achados” mais interessantes de meu trabalho sobre o manicômio, ou seja, a própria teoria de degeneração e os processos de singularização que implicava. No ano seguinte eu me candidataria ao curso de Doutorado em Antropologia Social, no Museu Nacional, agora sob a orientação de Luiz Fernando Dias Duarte. Segundo a *Carta Proposta* que apresentei à comissão de seleção, datada de 27 de março de 1989, procuraria centrar minha atenção na temática da degeneração e no conjunto de “intervenções sociais” feitas em nome de sua prevenção. Faria assim a “história de uma representação social”. Também já explicitava a intenção de explorar especialmente a importância do “mau” uso do sexo e de doenças como a sífilis e a blenorragia simultaneamente como causas e consequências da degeneração, mas a ideia não era centrar-me apenas em aspectos relativos à sexualidade.

No mesmo momento, no IMS, eu participava da elaboração de um amplo projeto de pesquisa interinstitucional intitulado “Os Efeitos Sociais da AIDS no Brasil”, que contaria com o apoio da Fundação Ford. Sob a coordenação geral de Maria Andrea Loyola, colegas de diferentes departamentos do IMS e de outras instituições de pesquisa brasileiras encarregaram-se de desenhar diversos subprojetos relativos ao tema. Na tentativa de conciliar meu interesse pela teoria da degeneração e pelo surgimento da nova síndrome, propus um subprojeto de cunho

histórico intitulado “A AIDS e as Doenças Venéreas no Brasil”. De um lado, sabia que a sífilis havia sido considerada uma das principais causas da degeneração da espécie; de outro, como pude escrever no subprojeto que elaborei, “a possibilidade de compreendermos mais acuradamente a trajetória que a AIDS descreverá entre nós e o impacto que terá sobre nossos corpos, sobre os padrões de sociabilidade e o imaginário de nossa sociedade dependerá, em larga medida, do nosso conhecimento sobre o modo como tem sido tratada historicamente a questão das doenças venéreas no Brasil”. Tendo lido entre os anos 1987/1988 trabalhos instigantes sobre a história social da sífilis, como o do norte-americano Allan Brandt (*No Magic Bullet – a Social History of Venereal Disease in the United States since 1880*), publicado em 1987, ou do francês Claude Quézel (*Le Mal de Naples – Histoire de La Syphilis*), publicado no ano anterior, impressionava-me não possuímos quase nenhuma informação sobre o que tinha acontecido no Brasil a este respeito.

Assim, o projeto “A AIDS e as Doenças Venéreas no Brasil” se desenvolveria entre 1989/1990. Sob minha coordenação, trabalharam no levantamento bibliográfico, na organização das informações e na discussão dos primeiros resultados a saudosíssima Santuza Naves, Bárbara Musumeci Mourão, que à época também desenvolvia atividades docentes no IMS, e Josué Laguardia, então mestrando em Medicina Social. Durante a pesquisa aprofundaram-se as relações com a equipe da ABIA e pudemos discutir resultados parciais com Sílvia Ramos, Herbert Daniel e Veriano Terto. Uma discussão bem mais ampla, com a participação de todos os componentes do projeto e de ativistas e sanitaristas de diferentes estados brasileiros envolvidos na luta contra a AIDS, aconteceria em 17 de agosto de 1990, no âmbito do “1º Encontro Nacional sobre o Impacto Social da AIDS no Brasil”, evento organizado pelo projeto interinstitucional em um dos auditórios da UERJ. No decorrer desse trabalho de pesquisa, percebi que, diferente do havia prometido na *Carta Proposta* para ingresso no doutorado, minha tese seria mais sobre sífilis do que sobre degeneração.

O trabalho do doutorado propiciou um estágio fora do país, entre agosto de 1991 e março de 1992, com uma bolsa sanduíche da CAPES. A ideia inicial era trabalhar com Michael Pollak, então vinculado ao Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM), liderado por Luc Boltanski. Eu havia conhecido Pollak em 1987, quando ele estivera no Brasil vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Eu chegaria na França em agosto de 1991, mas antes mesmo de embarcar, Luiz Fernando, que também estava em período sabático em Paris, alertou-me em carta datada de 23 de fevereiro de 1991 sobre a já precária condição de saúde de Michael, que viria a ser fatalmente vitimado pela AIDS em julho do ano seguinte. Depois de afirmar que havia sentido boas expectativas em relação à minha estada em Paris também por parte das sociólogas do Centre de Recherche Médecine, Maladie, Société (CERMES), Claudine Herzlich e Janine Pierret, Luiz Fernando aconselhou-me a reforçar a minha vinculação ao CERMES. O IMS e o CERMES já mantinham acordo de cooperação científica e eu havia estabelecido contato com Janine Pierret no ano

anterior, quando estive em missão no IMS. Estreitar vínculos com o CERMES permitiria que, em face de um possível agravamento da saúde de Pollak, eu tivesse condições razoáveis de trabalho e interlocução. Eu deveria então escrever a Claudine solicitando convite formal para me vincular ao laboratório. Com uma acuidade que me impede de não o citar literalmente, Luiz Fernando completava: “As implicâncias institucionais na França são a base da vida acadêmica; é preciso estar sempre muito atento. Por enquanto, creio que convém combinar a linha CERMES com a linha GSPM, sem explicitar para um o papel do outro. Por isso imaginei que fosse bom reavivar – pelo menos retoricamente – o acordo; de modo que você ao mesmo tempo usufrua de dois estatutos aqui: doutorando e objeto de troca”. Efetivamente, a generosidade de Claudine Herzlich e também de outras pesquisadoras do CERMES e do GSPM, como Janine Pierret, Marie Ange Schiltz, Isabelle Baszanger, abriu a possibilidade de interlocução com inúmeros pesquisadores franceses. No pensamento de Herzlich, o que mais me atraía era sua crítica ao fato de, até aquele momento, a sociologia ter se restringido, como dizia ela, a pesquisar o que acontecia antes, em torno e depois da doença, cuja definição permanecia prerrogativa incontestável da biomedicina, a não ser no caso das “doenças mentais”, ainda não completamente compreendidas nos quadros do organicismo.

Talvez a mais importante inflexão em meu trabalho nesse período tenha sido dar mais atenção ao plano das intervenções sociais do que ao das “representações”. Conforme se lê no *Relatório de Atividades Acadêmicas Desenvolvidas em Paris*, enviado à CAPES no início de 1992, eu voltava ao Brasil com a proposta de “desenvolver um pouco mais as ideias de campo de práticas de intervenção e de modelos de intervenção, no sentido de construir os tipos ideais”. Chegava também com uma formulação mais precisa de meus objetivos: “o objetivo central de nosso trabalho é estudar o conjunto de práticas inter-relacionadas de intervenção social, propostas ou efetivamente empreendidas por indivíduos ou grupos, que, atuando sobre valores, instituições e comportamentos, visaram modificar o perfil de disseminação das doenças venéreas no Brasil”. Este objetivo geral iria se especificar um pouco mais na redação final da tese, ao escolher o ponto de vista dos médicos especialistas em sífilis, os chamados *sifilógrafos*, como ângulo privilegiado para abordar esse conjunto de intervenções sociais. Minha análise incluía um número relativamente extenso de controvertidas medidas higiênicas e eugênicas, todas preconizadas em um momento ou outro como instrumentos da luta antivenérea: notificação compulsória das doenças sexualmente transmissíveis, internamento/tratamento obrigatório de doentes, exame pré-nupcial obrigatório, educação sexual nas escolas públicas, criminalização do contágio, regulamentação da prostituição. Até onde sei, tais medidas nunca haviam sido abordadas em conjunto, ou seja, como parte de uma determinada “política sexual”. Aliás, eu apenas incorporaria tal conceito à minha reflexão mais tarde, a partir da leitura dos trabalhos do historiador Jeffrey Weeks. E, como veremos, o conceito de “política sexual” se tornaria central para delimitar o âmbito de minhas preocupações a partir dos anos 2000.

Ainda preocupado com a possibilidade de comparar a luta contra as doenças venéreas com a que se desenvolvia contra a AIDS, buscava diferenciar meu próprio trabalho daqueles produzidos por Quérel, Brandt ou Corbin que, segundo escrevi no mesmo *Relatório*, pareciam “pouco preocupados em estabelecer claramente os conceitos com que operam e em abstrair das histórias sociais que produzem modelos mais gerais que propiciem um exercício comparativo sistemático”. De fato, eu voltei da França com um plano de redação da tese, que passou a girar em torno das articulações históricas entre três modelos ideais de intervenção social: o *jurídico-punitivo*; o *pedagógico-disciplinar* e o *médico-sanitário ou científico*. Confesso que essa tripartição nunca me satisfiz plenamente e hoje, relendo meu trabalho de então, percebo que a insatisfação talvez derivasse do fato de tais modelos me manterem colado demais ao que os antropólogos chamam de “categorias nativas”.¹¹

Defendi minha tese em abril de 1995 e, por indicação de meu orientador, ela seria publicada como livro no ano seguinte. Entre suas questões centrais permaneceram alguns fios que vinham da pesquisa de mestrado e da discussão desenvolvida em minha *Carta Proposta* para ingresso no doutorado. Efetivamente, o estatuto ambíguo da degeneração, princípio de singularização que podia tanto significar refinamento quanto degradação físico-moral, permaneceu entre os temas historicamente evocados pela sífilis. Além disso, a questão da responsabilidade individual não apenas permaneceu, agora em relação à possibilidade ou não de controle sobre a sexualidade, mas se tornou para mim princípio fundamental de inteligibilidade dos diferentes modelos de intervenção e da própria configuração da “luta antivenérea” em contextos nacionais diversos. Nesse sentido, era notório o contraste entre o modo com que tal “luta” se desenvolveu em países anglo-saxões e em países latinos. Entre aqueles, as medidas adotadas estruturavam-se em torno da presunção da capacidade de os indivíduos (especialmente os homens) exercerem estrito autocontrole em relação à sexualidade. Criminalizava-se, portanto, mais facilmente o contágio e a prostituição e impunham-se medidas como a obrigatoriedade do exame pré-nupcial. Apesar de tais diferenças, parecia-me que, nos diferentes contextos, o sentido geral da “luta antivenérea” (inclusive da que se desenvolvia contra a AIDS) no Ocidente implicava simultaneamente um aprofundamento do autocontrole e a extensão ou capilarização de poderes estatais. Ela devia, assim, ser considerada dimensão relevante do processo civilizador, conforme postulado por Norbert Elias. Aliás, minha *Apresentação à Banca de Doutorado*, no ritual de defesa da tese, encerrava-se exatamente com esta indagação: “Pergunto se não estamos vivendo uma época em que a exigência de autocontrole (ainda sobretudo dos homens) atinge um novo patamar ou em que os dispositivos de controle social e político sobre os indivíduos começam a funcionar em um novo ritmo”.

¹¹ Ao longo dos anos, a pesquisa de doutorado ofereceu vários frutos, entre os quais destaco: Carrara, Naves e Soares, 1992; Carrara, 1994b, 1996a, 1996b, 2004b, 2005; Carrara e Carvalho, 2010.

Penso que minha incursão pela história da luta contra as “doenças venéreas” no Brasil abriu algumas possibilidades comparativas em relação à cena instaurada com o advento da AIDS. De um ponto de vista mais geral, comparar esses dois momentos implicava compreender a descontinuidade que fazia com que, em passado recente, o “problema venéreo” se equacionasse através de uma “bacterio-lógica”, em cujos termos o agente patogênico estaria para o organismo assim como o doente ou infectado estaria para o “corpo social”: ambos, bactérias/vírus e doentes contagiosos, deveriam ser localizados e “neutralizados”. Este era, em geral, o objetivo dos remédios e das políticas de saúde pública. O ponto de ruptura entre os dois cenários, o que permitia olhar criticamente o passado como “terra estrangeira”, teria sido a irrupção, com a AIDS, da resistência por parte dos atingidos ao processo de desumanização implicado nas políticas sanitárias anteriores. Era a emergência simultânea dos direitos das pessoas vivendo com HIV e dos direitos à sexualidade no campo dos direitos humanos que nos fazia esperar por grandes mudanças paradigmáticas no próprio modo como a biomedicina vinha abordando as doenças infecciosas, com o abandono progressivo das metáforas de guerra (da defesa de um território contra invasores externos) para a compreensão do modo de interação entre diferentes espécies e sua implicação nos processos de saúde e doença. Frustradas em larga medida, essas expectativas eram compartilhadas por muitos, como recentemente Cristiana Bastos e eu pudemos lembrar em um “dueto” organizado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia (2016). Cristiana e eu dividimos a experiência de sermos, no mesmo período, doutorandos que trabalhavam sobre temas comuns e jovens que viviam juntos muitos dos “dramas” da AIDS.

Enfim, se preocupações elaboradas na pesquisa de mestrado permaneceram na de doutorado, outras novas emergiriam. Antes de mais nada, se a questão da responsabilidade e agora a do autocontrole em relação à sexualidade se impunham no plano das intervenções socio sanitárias, a configuração variável de tais intervenções segundo diferentes contextos nacionais, principalmente a que parecia opor países de tradição predominantemente católica a países de tradição predominantemente protestante, remetia-se à discussão sobre o impacto da religião sobre “culturas nacionais”. Nessa direção interessei-me pelo modo como as variantes protestante e católica do cristianismo pareciam divulgar diferentes concepções de responsabilidade individual nos contextos nacionais em que eram hegemônicas.

Além disso, se concepções científicas pareciam interagir com prevalentes tradições religiosas, elas também refletiam relações de poder que se estabeleciam entre cientistas situados nos centros acadêmicos metropolitanos e aqueles que produziam em centros periféricos, fazendo com que estes últimos, em relação aos primeiros, lançassem mão do que chamei de “estratégias anticoloniais”. Nessa direção, abordei o modo como a comunidade de sifilógrafos brasileiros, em estreito diálogo com o que se produzia nos centros metropolitanos europeus, construiu uma sífilis singularmente nacional e o quanto essa elaboração foi importante para deslocar a suposta degeneração racial brasileira da miscigenação para a patologia. Nesse sentido, eu destacava a

contribuição dos sífilógrafos brasileiros para o pensamento social (e racial) forjado no Brasil de entreguerras e que receberia sua formulação canônica em *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. Do ponto de vista antropológico, o que estava em jogo era, de um lado, a relação entre primitividade e sexualidade (Seriam os “primitivos” sexualmente mais “ardentes” que os “civilizados”? Teríamos todos vivido um estado original de “promiscuidade sexual primitiva”, em que não havia regras de casamento e, portanto, nenhuma interdição ao incesto?). De outro lado, colocava-se a relação entre sexualidade e “brasilidade”, pensada simultaneamente enquanto identidade nacional e racial forjada na mistura, na miscigenação (Sendo um povo marcado por uma sexualidade “excessiva”, haveria futuro, haveria regeneração?). Do ponto de vista da construção de uma ideologia nacional minimamente otimista, essa marca de decadência, de degeneração, teve assim que ser “trabalhada” pelos médicos e intelectuais brasileiros. Por um tempo, ocupei-me em entender que tipo de “trabalho” teria sido esse e como a partir dele se desenhou uma sífilis singularmente nacional.

A discussão sobre gênero, especificamente sobre masculinidade, era outra das novas indagações que emergiram com considerável destaque em minha reflexão a partir da pesquisa de doutorado. O trabalho histórico revelou que foi no âmbito da “luta antivenérea” brasileira que se formulou a proposta de criação, a exemplo do que já havia acontecido com a ginecologia, de uma andrologia, ou seja, de uma ciência dos “problemas sexuais masculinos”. Do meu ponto de vista, este fato confirmava que um dos grandes entraves para o controle dos males advindos da sexualidade estava na “excessiva” autonomia que, do ponto de vista dos sanitaristas, os homens tinham nessa área. A “luta antivenérea” não era seletiva apenas devido à existência de diferenças nada conciliáveis entre uma moral sexual feminina e uma moral sexual masculina, mas também porque se a feminilidade, marcada pela “diferença”, já havia sido objetivada no âmbito de um discurso científico através da ginecologia, a masculinidade resistia a tal objetivação. Invisíveis, os homens permaneciam como polo englobador da relação de gênero, ou seja, como naturais “representantes da espécie”.

Considerada de minha perspectiva atual, a questão da andrologia merece mais que um parágrafo. Se a “andrologia”, como “sciencia” da masculinidade, não foi invenção brasileira, foi, entretanto, um médico carioca, o Dr. José de Albuquerque, quem seguramente mais se dedicou à sua institucionalização. Albuquerque foi um extraordinário empresário moral e sua missão era, além da institucionalização da andrologia, educar sexualmente a nação brasileira, ou seja, difundir por todos os meios disponíveis os discursos científicos sobre a sexualidade. Preciso falar um pouco mais sobre ele nesse memorial porque, passados já tantos anos desde o doutorado, foram justamente suas memórias uma das últimas coisas que publiquei.¹² E a história desse “reencontro” merece ser lembrada porque se trata de uma dessas situações em que uma

¹² Carrara e Carvalho, 2016.

personagem de nossas pesquisas históricas volta inesperadamente à vida, interferindo no rumo de nossa trajetória. No meu caso, isto se deu através de um descendente dele, de um filho que tinha então quase 90 anos, Dr. Pedro Albuquerque, urologista aposentado. Há alguns anos atrás, Dr. Pedro ligou para minha sala na UERJ e, ao telefone, depois de se apresentar, disse-me que, pensando em fazer algo pela memória do pai, teria, graças ao Google, encontrado e lido meus trabalhos. Gostaria de falar comigo pessoalmente. Dias depois, Jane Russo e eu fomos encontrá-lo em seu apartamento. Talvez esse encontro não tivesse tido desenlace tão positivo em relação a qualquer futura publicação se não tivéssemos descoberto quase casualmente a incrível coincidência que fazia com que um dos meus melhores amigos da UNICAMP, Reinaldo Morábito, hoje professor da UNESP, viesse a ser duplamente parente dos Albuquerques. Quando conheci Reinaldo, ele era estudante de engenharia e também frequentava aquele ateliê de gravura da UNICAMP. Ficamos muito amigos e, mesmo depois de minha mudança para o Rio, nunca perdemos inteiramente o contato. Jamais soube que ele tivesse parente sexólogo e, conforme pude verificar quando todas as conexões puderam ser (re)estabelecidas, tampouco ele tinha qualquer informação a respeito.

Em nosso primeiro encontro, Dr. Pedro referiu-se à sua mãe, filha de imigrantes italianos, que havia se mudado de Araraquara para o Rio de Janeiro nos anos 1920 para estudar farmácia. Tive a vaga impressão de que já tinha ouvido aquela história. Também não me escapou o fato de sua mãe ser da mesma cidade de meu amigo Reinaldo. Em meio à conversa, perguntei-lhe se por acaso o sobrenome de sua mãe seria Morábito, como o do meu amigo, o que ele confirmou imediatamente. E ele conhecia Reinaldo, filho de seu primo-irmão, também Pedro, Pedro Morábito, morador de Araraquara. E os laços entre as famílias eram realmente muito estreitos: se o sexólogo havia se casado com a irmã do avô de Reinaldo, o avô de Reinaldo havia se casado com a única irmã do sexólogo. Resumindo o improvável: meu amigo de faculdade/ateliê (1979-82) era parente afim e consanguíneo da personagem que dez anos depois (1989-91) eu encontraria através do acervo da Biblioteca Nacional e que, agora, passada outra dezena de anos (2011), “saltava” dos documentos através de um filho, seu único filho, que me pedia ajuda para fazer algum tipo de “memorial” para o pai. Foi o que enfim fizemos ao publicar as inéditas memórias do admirável sexólogo e andrologista carioca.

Mesmo fazendo incursões periódicas ao tema das masculinidades ou da saúde sexual masculina,¹³ o trabalho de pesquisa que desenvolveria depois do doutorado se prenderia especialmente à questão da responsabilidade e do autocontrole, através da comparação entre os discursos sexológicos produzidos no Brasil e nos Estados Unidos em torno da abstinência e da continência sexual. Mas antes de abordar esses desdobramentos, devo referir-me a outro desses ramos paralelos da trajetória aqui apresentada, configurado em investimento muito localizado

¹³ Nascimento e Carrara, 2012; Carrara, Russo e Faro, 2009; Arendt e Carrara, 2007; Carrara, 2004a; Heilborn e Carrara, 1998; Carrara e Saggese, 2011.

em uma temática que, desde o pioneiro trabalho de Mariza Correa, vinha interessando crescentemente as antropólogas que se dedicavam aos estudos de gênero: a “violência contra a mulher”.

Em finais de 1994, Bárbara Musumeci Mourão me convidou para assumir, no Núcleo de Pesquisas do ISER, a coordenação de uma pesquisa sobre o tema. O objetivo era analisar como os casos encaminhados pelas Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAMs) eram tratados pela Justiça do Rio de Janeiro. Alguns estudos vinham sendo feitos nas próprias delegacias ou em grupos da “sociedade civil”, como o acompanhado em Campinas por Maria Filomena Gregori. Pouco se sabia sobre o que acontecia no âmbito dos tribunais. Estava então com a tese de doutorado praticamente pronta e a proposta me permitiria voltar a trabalhar com processos penais, uma dimensão de minha pesquisa de mestrado que havia me interessado bastante.

Aceitei o convite de Bárbara e volto aqui a agradecer-lhe por ter confiado em mim. Participaram da pesquisa duas (então) mestrandas do Museu Nacional, Ana Lúcia Enne, hoje professora da UFF, e Adriana de Resende Barreto Vianna, hoje professora do PPGAS/Museu Nacional. Desse trabalho nasceriam grandes amizades e uma parceria com Adriana que teria inúmeros desdobramentos futuros. Financiada pela Fundação Banco do Brasil, a pesquisa se estendeu de março de 1995 a julho de 1996 e tinha um importante componente quantitativo para cuja execução foi estratégica minha experiência anterior como assistente de pesquisa da professora Lygia Sigaud.¹⁴



Depois da defesa da tese, desdobrei meus interesses em um projeto de pesquisa que se voltava para as teorias médicas sobre os efeitos da continência/abstinência sexual sobre a saúde. Tal pesquisa compunha um amplo “projeto integrado”, intitulado “A institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil: uma Contribuição à Antropologia da Pessoa Ocidental Moderna”, coordenado por Luiz Fernando Dias Duarte e Jane Araújo Russo, à época professora do IPUB/UFRJ e do IMS/UERJ. Na versão original, enviada ao CNPq, explicitava-se: “Para o coordenador (L. F. Duarte), é um desenvolvimento inseparável do projeto que tem aprovado no CNPq. Para a co-coordenadora (J. Russo) e para o terceiro bolsista de pesquisa (S. Carrara) é um desenvolvimento natural de suas pesquisas e publicações anteriores”. Mais do que produzir uma sociologia ou antropologia da ciência, o projeto integrado ambicionava investigar “as ordens de significação mais abrangentes em que se pode incluir o próprio propósito cognitivo das ‘ciências’

¹⁴ Para os resultados, ver Carrara, Enne e Vianna, 2002a, 2002b.

em geral, das ‘ciências psicológicas’ em particular – e – inclusive das ‘ciências sociais’”, mais precisamente, o individualismo, concebido como “eixo ideológico central da cultura ocidental”.¹⁵

Meu subprojeto intitulava-se “Sexualidade e Sexologia no Rio de Janeiro de Entreguerras” e foi com ele debaixo do braço que chegaria, em 1996, aos Estados Unidos para um estágio de pós-doc junto ao Morris Fishbein Center for the History of Science and Medicine, da Universidade de Chicago. Lá, meus contatos iniciais foram com George Stocking Jr., com quem pensava discutir o envolvimento da antropologia na cena sexológica da primeira metade do século XX; lembrando que quem prefaciou *A Vida Sexual dos Selvagens*, de B. Malinowski, foi Havelock Ellis, grande expoente da sexologia de então. Porém, pouco antes de partir do Brasil, Stocking teve sérios problemas de saúde e quem me acolheu foi o diretor do centro, Robert J. Richards, especialista em história do darwinismo e em medicina romântica alemã.

A permanência na Universidade de Chicago (1997-1998) se mostraria muito mais decisiva nas definições dos rumos futuros de minha trajetória do que eu imaginara inicialmente. No *Plano de Trabalho* apresentado para o pedido de afastamento figurava como ambição maior de minha investigação sobre a história da sexologia no Brasil: “dotar as atuais pesquisas antropológicas em torno de uma suposta ‘cultura sexual brasileira’ de uma perspectiva histórica ou processual, procurando perceber quais as instâncias e quais as relações sociais a forjaram”. Tratava-se de um projeto que eu situava em uma “antropologia da ciência” e que era claramente um desdobramento do trabalho de doutorado. Estava orientado a partir de dois eixos principais. De um lado, continuava perquirindo as concepções sobre a pessoa humana quanto à dimensão da responsabilidade e do controle de si. Nesse plano, pretendia aprofundar a pesquisa sobre o pensamento médico relativo à continência e à abstinência sexual, apostando que, na passagem dos séculos XIX e XX, uma ruptura importante se produzira especialmente em relação à sexualidade masculina, antes concebida como força incoercível e incontrolável em certas circunstâncias. Subsidiariamente, em relação à controvérsia sobre os efeitos da abstinência sexual sobre a saúde, esperava encontrar entre os médicos americanos posições mais claramente favoráveis à abstinência. De outro, mantinha a hipótese de que variáveis vinculadas a diferentes contextos nacionais imprimiriam uma dinâmica própria a esse processo de transformação, sendo que, em contextos dominados pelo protestantismo, a ideia do caráter inócuo ou até benéfico da abstinência sexual para a saúde teria se implantado mais rápida e fortemente no meio médico.

Olhada desde o presente, minha estada nos Estados Unidos significou em larga medida o fechamento de um longo comprometimento com a reflexão antropológica a partir de fontes históricas. Em Chicago preparei o manuscrito de *Crime & Loucura*, agregando o posfácio acima comentado. Do ponto de vista do projeto intelectual que me conduziu até lá, o mergulho nas bibliotecas da Universidade de Chicago e do Instituto Kinsey (Universidade de Indiana), onde

¹⁵ Carrara e Russo, 2002; Carrara e Martins, 2000.

me ocupei da leitura da produção de sexólogos como Havellock Ellis, Magnus Hirschfeld ou Adolf Bloch, não deu frutos imediatos. Talvez o mais significativo dessa estada em Chicago tenha sido o meu “encontro” com a histórica comunidade utópica oitocentista de Oneida, fundada por metodistas dissidentes conhecidos como “perfeccionistas” ou, mais popularmente, como *free-lovers*. Para quem pensava que a atitude puritana em relação ao sexo seria mais bem representada por movimentos como o dos *shakers*, que condenavam qualquer atividade sexual, os *free-lovers* abriam um cenário muito mais rico e complexo para a reflexão sobre a história da sexualidade.

Meu encontro com os *free-lovers* aconteceu um pouco por acaso quando lia a obra de Havelock Ellis na Biblioteca da Universidade de Chicago. Em um trecho em que discute os impactos da abstinência sexual para a saúde, o sexólogo fazia um rápido comentário, no qual dizia que o fato de a abstinência/continência sexual ser inócua do ponto de vista da saúde, especialmente da saúde mental, já havia sido demonstrado pela experiência da comunidade de Oneida. Curioso, fui atrás de informação sobre ela. Mesmo tendo que resumir aqui brutalmente uma história longa e complexa, descobri então que John Humphrey Noyes foi o fundador da primeira comunidade perfeccionista em 1848, em Oneida, estado de Nova Iorque. Trata-se de um dos mais longevos experimentos sociais de comunismo utópico de que se tem notícia, pois perdurará até 1881. O milenarismo de Noyes era singular. Acreditava que a segunda volta de Cristo já tinha acontecido e que aqueles que haviam sido libertos do pecado original podiam viver o paraíso na terra, em uma sociedade perfeitamente santa. Um dos sinais da eleição e da santidade era a capacidade de continência sexual, ou seja, não apenas a capacidade de se abster de relações sexuais, mas a de exercer sobre elas (e sobre a reprodução) tal domínio que seria possível aos homens controlarem a própria ejaculação.

Entre as instituições do “mundo”, os perfeccionistas aboliram a propriedade privada e o casamento monogâmico em suas comunidades. Consideravam que laços de paixão conjugal (e também filial) possuíam uma natureza egoísta ou exclusivista, interpondo-se à relação de comunhão que deveria existir entre cada fiel e a divindade. Assim, por razões teológicas, instituiu-se entre os *free-lovers* que todos os homens deviam ter acesso sexual a todas as mulheres e, mais teoricamente que de fato, vice-versa. Sob o estrito controle da vontade masculina sobre a própria ejaculação, a reprodução era planejada e as crianças, criadas coletivamente. Através da promoção do que chamavam de *complex marriage*, os perfeccionistas são talvez um dos poucos exemplos históricos de um grupo humano que teria vivido em regime de “promiscuidade sexual”, mesmo que possamos compreendê-lo como um regime de “promiscuidade sexual regulada”, uma vez que na prática o comunismo sexual de Oneida acabava privilegiando os homens e os/as mais jovens.

Mas o irônico nesse caso é o fato de ser exatamente no momento em que esses grupos cristãos milenaristas, instalados no antigo território dos iroqueses (Oneida), abolem o casamento monogâmico que o antropólogo evolucionista norte-americano Lewis Henry Morgan,

justamente a partir do estudo dos termos de parentesco utilizados entre povos iroqueses e havaianos, assentava em bases “científicas” a tese segundo a qual a promiscuidade sexual marcava o primeiro estágio de evolução humana em direção à monogamia civilizada. Assim, a antropologia oitocentista projetava em um “outro”, habitante desse “Sul” simbólico do qual o Brasil era destacado exemplo, aquilo que se produzia nas próprias fímbrias da moral sexual (ultra) civilizada. Através da leitura que lhe dedicaria Friedrich Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), a influência de *Ancient Society* (1877) sobre grupos de dissidentes sexuais (e conjugais), como os “poliamoristas”, se faz sentir até hoje. Enfim, os *free-lovers* complicaram bastante o modo como eu vinha trabalhando a oposição entre a vertente católica e a vertente protestante/puritana da moralidade sexual cristã. Em mais de um sentido, a “promiscuidade sexual primitiva” tinha sido uma invenção puritana... A questão não era apenas sobre quais os limites do autocontrole em relação à sexualidade, mas os seus possíveis significados sociais para além da reprodução, de um lado, e do pecado, de outro.¹⁶



A volta dos Estados Unidos, em 1998, marcou um significativo realinhamento de minhas preocupações e a retomada de um fio deixado pela pesquisa sobre a “violência contra a mulher”. Logo que voltei, ainda sem perceber claramente que a preocupação com a história da sexualidade e da sexologia no Brasil havia se esgotado, engajei-me em uma pesquisa sobre “violência contra homossexuais”. Era assim que designávamos então um tema quase inexplorado pelas ciências sociais brasileiras e que em outros contextos já vinha sendo tratado como “violência homofóbica”. Meu companheiro de então, Patrick Larvie, estava coordenando o núcleo de pesquisa do ISER e havia conseguido algum apoio junto à Fundação Heinrich Böll para uma incursão sobre o tema. Por meu lado, vinculado ao Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS, coordenado à época por Maria Luiza Heilborn e Richard Parker, eu poderia ter acesso a algum recurso da Fundação Ford. Com a participação de diversos colegas e alunos, dentre os quais destaco Adriana de Resende Barreto Vianna, Alessandra Rinaldi, Hildeberto Vieira, Marcelo Natividade, Sabrina Paiva, formulamos então uma proposta de investigação sobre “violência contra homossexuais” que incluía pesquisa documental, entrevistas com ativistas gays, lésbicas e travestis (homens e mulheres transexuais não eram ainda socialmente visíveis) e acompanhamento da implantação do Disque Defesa Homossexual (DDH), lançado pelo governo do estado em junho de 1999. O DDH era o principal projeto do então recém-inaugurado Centro de Referência de Proteção de Minorias Sexuais ou, como foi denominado mais tarde, Centro de Referência Contra Violência e Discriminação ao Homossexual (CERCONVIDH).

¹⁶ Carrara, 1999, 2000.

Na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o centro estava vinculado à recém-criada Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, que tinha como subsecretário o antropólogo Luiz Eduardo Soares. Lá eu reencontraria Sílvia Ramos que, na função de subsecretária adjunta, cuidava da implantação do DDH em parceria com diversos grupos militantes cariocas. Era um projeto absolutamente inovador e não deixa de ser irônico o fato de ter sido implementado durante o primeiro governo de Anthony Garotinho, líder evangélico eleito governador em 1998 por uma coligação de partidos de “esquerda” que incluía PDT, PT, PSB e PCdoB. Começava então minha aproximação com o ativismo LGBT e com os “estudos sobre homossexualidade” ou, como se diria hoje, sobre a “diversidade sexual e de gênero”. Naquele momento, talvez eu estivesse apenas retomando um futuro possível desde os tempos da graduação, dado meu envolvimento com Peter Fry, referência incontornável para tais estudos no Brasil. Desse futuro eu talvez tivesse escapado até então por mal disfarçado “enrustimento”, que fazia com que a homossexualidade permanecesse para mim assunto privado, íntimo. Mas o contexto era outro. Na esteira dos impactos sociais da AIDS, os direitos sexuais, particularmente os direitos de pessoas LGBT, começavam a entrar na ordem do dia e as Paradas de Orgulho, como estratégia de visibilidade massiva, passavam a agregar milhares de pessoas nas principais cidades brasileiras.

Dada a minha “vocação” para remexer empoeirados papéis, fiquei particularmente encarregado de coordenar o trabalho a ser desenvolvido nos arquivos policiais e judiciais cariocas, em que passamos a buscar os processos envolvendo assassinatos de gays, lésbicas e travestis. A pesquisa desenvolveu-se entre janeiro de 2000 e julho de 2001 e, como explicitávamos no *Relatório Final* enviado à Fundação Ford, o objetivo geral tinha sido compreender “como a homossexualidade influía no andamento das investigações e como os casos eram apreciados por policiais, juízes, promotores, defensores etc.” [ou seja] “se o fato de a vítima ser homossexual implicava a impunidade dos acusados”, “se valores tradicionalmente ligados à honra masculina apareciam como justificativa para esse tipo de crime e se argumentos amparados por esses valores eram aceitos pelos agentes da lei”. Trabalhamos com boletins de ocorrência, inquéritos policiais e processos judiciais ocorridos na década de 1980 e as conclusões foram, em certo sentido, desconcertantes. Havia obviamente impunidade, mas ela aparecia, sobretudo, quando as vítimas eram travestis. Nos processos envolvendo sujeitos mais bem situados economicamente, tipificados em geral como latrocínios, acusados e réus eram de fato objeto de uma dupla condenação moral. Nesses casos, a cena típica era a de um homem “homossexual” que levava para seu apartamento um eventual parceiro, geralmente mais jovem, que acabava retirando-lhe a vida e alguns bens ou dinheiro. Havia em geral grande preocupação em estabelecer se a vítima era ou não sexualmente passiva ou receptiva. Caso se constatasse a passividade sexual da vítima, os assassinos tornavam-se duplamente condenáveis: por terem-na matado e por estarem supostamente explorando sua “fraqueza sexual”. Supostamente os

assassinos relacionavam-se com as vítimas “apenas” para explorar o que, apoiando-se em teorias sexológicas bem conhecidas, policiais e operadores da justiça definiam como doença. Tínhamos, portanto, uma situação em que concepções bastante preconceituosas em relação à homossexualidade não funcionavam necessariamente no sentido de minimizar a culpa dos agressores, mas, ao contrário, pareciam aprofundá-la ainda mais.¹⁷

Foi em busca de recursos suplementares junto à Fundação Ford para a investigação sobre “violência letal contra homossexuais” que ouvi da antropóloga Ondina Leal, então *Program Officer* para a área de gênero, que a Fundação tinha uma proposta bem mais ambiciosa para nós. Conhecia Ondina previamente, por termos atuado juntos durante vários anos no Grupo de Trabalho Pessoa, Corpo e Doença da ANPOCS, coordenado por Luiz Fernando Dias Duarte. O convite era para fazermos parte, enquanto pesquisadores vinculados ao Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS, de uma ousada “aposta” ou “iniciativa” que a fundação vinha elaborando desde 2000. Intitulada Global Dialogue in Sexual Health and Well-Being, a iniciativa tinha, segundo documento divulgado pela própria Fundação, como principais objetivos: “to: Promote more informed and constructive public dialogue on human sexuality; Encourage positive policies and programs; Enhance advocacy and learning at regional and global levels”. Para alcançá-los, a ideia era a criação de uma série de centros em diferentes regiões (África, América Latina e Ásia) e nos Estados Unidos que, segundo o mesmo documento, “would collect and disseminate information about sexual health and rights to universities, policymakers, NGOs, advocacy groups and the general public. With the help of national committee members and others, they would analyze the available information and identify gaps and critical future needs. This analysis would inform advocacy strategies and policy discussions, as well as the development of special projects focused on particular themes, such as youth sexuality and education”. Foi no âmbito dessa iniciativa que nasceu o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), cuja concepção e implantação envolveriam um grupo de colegas do IMS que, além de mim, incluiu também Maria Luiza Heilborn, Jane Russo, Fabíola Rodhen e Horácio Sívori.

Inicialmente, o CLAM se articulou a partir de uma parceria entre o IMS e a organização não governamental feminista peruana Flora Tristán, que sediava o centro. A partir de Lima, o CLAM articulava instituições em Santiago (FLACSO), Buenos Aires (CEDES) e Bogotá (Universidad Nacional). Em princípio, ficamos responsáveis apenas pelas atividades no Brasil e elas foram iniciadas como uma série de seminários, realizados entre 2003 e 2004 em parceria com centros de pesquisa, como NIGS/UFSC, PAGU/UNICAMP, CESEC/UCAM, Centro de Estudos Afro-Brasileiros/UCAM, FIOCRUZ; e organizações não governamentais, como SOS-CORPO e ISER. Logo no segundo ano do projeto, constatou-se que o Flora Tristán não teria

¹⁷ Carrara e Vianna, 2004a, 2004b, 2006.

condições de sediar o projeto e acabamos assumindo este encargo. No plano mais “global”, o CLAM articulava-se a outros centros congêneres que no âmbito da mesma iniciativa eram criados em São Francisco, Dehli e Lagos.

Não é fácil escrever sobre essa experiência e as razões disto não me são inteiramente claras. De um lado, há o fato de ela fazer parte de um contexto mais recente que, além de ser menos permeável a uma mirada crítica, aproxima-se perigosamente do momento em que escrevo, assolado pelas consequências da mais grave crise institucional já sofrida pela UERJ e marcado por profunda angústia em relação ao meu futuro profissional e, portanto, ao próprio significado do passado revisitado nesse memorial. De outro lado, há ainda o fato de eu ter atuado no CLAM durante mais de dez anos como coordenador (2003-2014), participando de todas as inúmeras atividades e projetos que ali se desenvolveram, sem me dedicar a todos com a mesma intensidade.

Durante o período em que, com Maria Luiza Heilborn, coordenei o CLAM, desenvolvemos um amplo conjunto de ações voltadas à produção e à disseminação de informações sobre sexualidade e à formação de professores e pesquisadores nessa área. Organizamos seminários; mantivemos um ativo website; promovemos a publicação de livros e criamos uma revista internacional (*Sexualidade, Saúde e Sociedade – Revista Latino-Americana*), da qual sou editor; elaboramos e oferecemos cursos de aperfeiçoamento e especialização a distância, como foi o caso dos cursos Gênero e Diversidade na Escola (GDE), Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR) e, sob minha coordenação, a Especialização em Gênero e Sexualidade (EGeS); promovemos regularmente a realização de grupos de trabalho nas reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Latin-American Sociological Association (LASA) e na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM); além de incentivarmos a realização de diferentes investigações comparativas entre países da região.

De um ponto de vista mais geral, trabalhamos no sentido da consolidação do campo de estudos socioantropológicos sobre sexualidade no Brasil e na América Latina. Mais propriamente, como se lê no Projeto que enviamos para a Fundação Ford para o biênio (2008-2010), consideramos “sexualidade como vetor fundamental da construção de relações de poder e, portanto, da manutenção do panorama de forte desigualdade social que ainda caracteriza as sociedades latino-americanas. Exploramos assim fundamentalmente os aspectos políticos da sexualidade”. A ênfase nesta perspectiva era uma clara tomada de posição em relação ao fato de que tal tema vinha sendo explorado até aquele momento do ponto de vista da saúde, pública ou individual, mantendo-se não apenas concepções naturalizantes sobre a sexualidade, mas também a ideia de que tratar desse assunto apenas se justificava pela existência de um suposto perigo iminente, como a AIDS ou, antes dela, a “degeneração da raça”. Pode parecer estranho que o deslocamento da discussão sobre a sexualidade do ponto de vista da saúde para o ponto de vista

do direito e da política se aprofundasse justamente em um instituto de *medicina social*. Penso que foi a experiência prévia com a AIDS que nos levou à conclusão de que era impossível promover a saúde de grupos ou categorias sociais marginalizadas sem antes discutir e problematizar os processos de estigmatização e marginalização, ou seja, operar no plano das relações de poder.

Todas essas atividades, muitas das quais se mantêm até hoje, mesmo depois da finalização do apoio financeiro ao projeto pela Fundação Ford, contaram com a participação de profissionais da mais alta qualidade, cujos nomes eu gostaria de lembrar aqui, agradecendo pelo trabalho que realizaram. Entre os mais diretamente vinculados ao CLAM, destaco: Adriana Vianna, Alessandra Rinaldi, Ana Venâncio, Andreia Barreto, Anna Paula Uziel, Bruno Zilli, Carla Rodrigues, Daniela Manica, Elaine dos Reis Brandão, Federico Lavezo, Fernanda Vecchi, Jane Galvão, Laura Moutinho, Leila Araújo, Marcelo Natividade, Marcos Nascimento, Maria Gabriela Lugones, Maria Elvira Benitez, Maria Tereza Citeli, Martha Ramírez, Paula Lacerda, Rachel Aisengart Menezes, Sílvia Aguião, Vanessa Leite, Washington Castilhos. Esse núcleo mais “interno” relacionava-se com uma rede bem mais extensa de profissionais brasileiros e de outros países, sobretudo latino-americanos, com os quais se estabeleceram parcerias para o desenvolvimento de projetos específicos. É bastante difícil citá-los todos, nomeio, portanto, aqueles e aquelas com os quais tive o privilégio trabalhar mais diretamente: entre os brasileiros, Adriana Piscitelli, Albertina Costa, Betânia Ávila, Cláudio Nascimento, Daniela Knauth, Emerson Giumbelli, Jacqueline Pitanguí, Júlio Simões, Leila B. Linhares, Luiz Fernando Dias Duarte, Maria Filomena Gregori, Mariza Correa, Miriam Grossi, Ondina Leal, Regina Facchini, Roger Raupp Rios, Sílvia Ramos, Sônia Correa; entre os estrangeiros, Ana Amuchastegui, Barbara Klugman, Carlos Cáceres, Gilbert Herdt, Jaime Barrientos, Mara Viveros, Mario Pecheny, Peter Aggelton, Radhika Chandiramani, Richmond Tiemoko, Silvina Ramos, Tereza Vadez, Violeta Barrientos, Yvonne Szasz.

Do ponto de vista da investigação, trabalhamos no sentido de consolidar um conjunto de pesquisas organizadas formalmente em três grandes eixos: (i) políticas e direitos sexuais; (ii) saberes sobre a sexualidade; e (iii) condutas ou comportamentos sexuais. Embora toda a minha trajetória anterior me conduzisse naturalmente para o eixo dos saberes sobre a sexualidade, em nossa divisão interna de trabalho, coube-me coordenar o eixo das políticas e direitos sexuais. Como se lê em um documento de avaliação produzido em 2006, três anos depois da criação do centro, esse eixo tinha “como proposta refletir sobre os direitos sexuais, problematizando sua relação com a ideia de saúde sexual, bem como explorar as conexões entre direitos sexuais e direitos reprodutivos, considerando criticamente os vários discursos presentes na América Latina sobre sexualidade e direitos humanos”.

Após a implantação do CLAM, manteve-se minha preocupação em relação à “violência contra homossexuais”, que ao longo das primeiras décadas do século XXI viria a ser tratada cada

vez mais frequentemente como “violência homofóbica” ou “homofobia”, porém ela se deslocou da pesquisa documental para *surveys* de vitimização, realizados nas paradas de orgulho LGBT. A história desses *surveys* é bastante significativa, uma vez que eles nasceram da interpelação feita por Claudio Nascimento, à época coordenador do Grupo Arco-Íris, para que Sílvia Ramos e eu considerássemos as paradas de orgulho como momentos privilegiados para produção de conhecimento. Assim, entre 2003 e 2012, com nosso acompanhamento direto, foram realizados *surveys* relativos à vitimização de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Rio de Janeiro (2003, 2004 e 2012), Porto Alegre (2004), São Paulo (2005), Recife (2006), Belém (2008), com mais de 4 mil questionários preenchidos. Fora do Brasil e com acompanhamento da equipe do CLAM, foram realizados *surveys* em Buenos Aires, Bogotá, Santiago e Cidade do México. Os *surveys* envolviam sempre discussão prévia sobre o questionário com a organização responsável pela parada e com uma instituição de pesquisa local. Em seu conjunto e nos limites impostos por dados de corte quantitativo, ofereceram informações originais e sem precedentes não apenas sobre a incidência de experiências de violência e discriminação, mas sobre aspectos até então relegados a segundo plano em pesquisa sobre essa população, como religião, família, política etc. Do ponto de vista metodológico, aprofundou a experiência anterior no sentido da construção compartilhada do conhecimento, sendo franqueado aos antigos “informantes” dos antropólogos a discussão de todas as etapas do trabalho de investigação, desde a construção do questionário até a divulgação dos resultados.¹⁸

Através do trabalho sobre “violência e discriminação baseadas na orientação sexual e identidade de gênero”, passei a acompanhar mais sistematicamente as movimentações do ativismo LGBT brasileiro e a implantação, sobretudo no estado do Rio de Janeiro, de novos dispositivos destinados a coibir tais violências e discriminações e a promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Para tal acompanhamento tem sido fundamental minha participação no LIDIS (Laboratório Integrado em Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos), implantando na UERJ, em 2010, no âmbito da cooperação técnica estabelecida entre a universidade e a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDIR) da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do estado do Rio de Janeiro e, desde então, coordenado pelos colegas Anna Uziel e Guilherme Almeida.¹⁹ Atualmente, minha atenção tem se voltado ao recrudescimento dos conflitos em torno do processo de cidadanização de gays, lésbicas, travestis e transexuais a partir da divulgação da crítica à chamada “ideologia de gênero”, articulada por forças políticas vinculadas a diferentes vertentes do cristianismo.

¹⁸ Os resultados dos *surveys* foram sobretudo publicados na coleção Documentos do CLAM, mas mereceram atenção em artigos e capítulos de livro (Carrara, Caetano, Ramos, 2003; Carrara e Ramos, 2004; Carrara e Ramos, 2005; Carrara, Ramos, Simões e Facchini, 2006; Carrara, Ramos, Lacerda, Medrado e Vieira, 2007; Carrara, 2006; Carrara e Lacerda, P. M., 2011).

¹⁹ Para o principal fruto desse trabalho, ver Carrara, Aguião, Leite Lopes e Tota, 2017.

Conforme escrevi nos últimos anos em diferentes projetos de pesquisa, o processo de cidadanização da “homossexualidade” ou “das sexualidades e expressões de gênero não convencionais”, em formulação menos comprometida com antigas categorias médicas ou novas identidades que se afirmam no plano político através da sigla LBGT, permaneceu para mim como uma espécie de *posto privilegiado de observação* para pensar a política sexual brasileira contemporânea. Não me parece excessivo insistir sobre o significado antropológico mais geral desse processo de “cidadanização” e sobre os múltiplos desdobramentos que tem sobre a vida social para além do que se convencionava classificar sob a rubrica “sexualidade”. Nesse sentido, por exemplo, a extensão nas primeiras duas décadas do século XXI, em diferentes países ocidentais, da lei do casamento civil para abarcar também uniões entre pessoas do mesmo sexo deve ser considerada uma profunda ruptura social, política e cultural. Através da radicalização do processo de difusão de princípios igualitários, esse reconhecimento legal desestabiliza tradições, convenções e valores multisseculares, envolvendo a família, o parentesco e toda uma arquitetura moral fundamentada em perspectivas diferencialistas e hierarquizantes.

O que esteve em jogo para mim nos últimos anos e continua em meu horizonte atual de preocupações é a abordagem de processos mais amplos de transformação social que se desenrolam através da sexualidade.²⁰ Esta proposição reverbera, de um lado, uma preocupação, que vinha de minha pesquisa de doutorado, em trabalhar no plano das políticas sexuais e dos correspondentes estilos de regulação moral; de outro, a opção por não seccionar a abordagem a partir dos sujeitos que se constituem no âmbito mesmo dessas políticas, evitando, por exemplo, operar na lógica dos *women studies*, *gay and lesbian studies*, *queer studies* etc., como acontece na academia norte-americana. Do ponto de vista da proposta mais geral que orientava as ações do CLAM, isto queria dizer que buscávamos pensar no plano dos *direitos sexuais* ou no dos *direitos democráticos à sexualidade*, conforme expressão cunhada por Roger Raupp Rios em estreito diálogo conosco. De outro lado, esta perspectiva vinculava-se aos princípios do CLAM no que dizia respeito à promoção de conexões entre diferentes atores e problemáticas, principalmente entre ativistas e pesquisadores que atuavam no campo dos estudos de gênero e feminismo, de um lado, e no campo da diversidade sexual e de gênero, de outro. Do ponto de vista teórico, além do pensamento de historiadores da sexualidade, como Michel Foucault e Jeffrey Weeks, pude então incorporar mais integralmente as formulações de antropólogas feministas, como Carol Vance, Gayle Rubin ou Donna Haraway.

No âmbito dos desdobramentos de meus “objetos de investigação”, depois da implantação do CLAM, é importante, finalmente, chamar a atenção para o fato de eu ter me voltado mais fortemente do que em projetos anteriores à reflexão sobre o papel da antropologia

²⁰ Para uma reflexão mais geral sobre tal processo, ver Vianna, Carrara e Lacerda, 2008; Carrara e Vianna, 2008; Vianna e Carrara, 2010; Carrara, 2010, 2012c, 2013b, 2015.

nos próprios processos sociais que estuda. Mais que nunca me pareceu necessário ponderar sobre os impactos políticos das teorias com as quais operamos; mais particularmente, sobre os efeitos das perspectivas relativistas e construcionistas no campo político.²¹ Como disse em diferentes momentos, no Brasil, o movimento homossexual, como então era chamado o atual movimento LGBT, nasceu em finais dos anos 1970 com um “antropólogo debaixo do braço”. Antes disso, porém, antropólogos já desempenhavam papel de representação política, dando voz a seus “informantes” no espaço público e defendendo o que parecia ser o ponto de vista deles. Com a organização política desses “informantes”, vivemos um constante e às vezes muito produtivo conflito de representação. A forma como acontecem processos de disputa e cooperação nessa relação tem me interessado particularmente nos últimos anos e é uma das sendas que pretendo continuar a trilhar nos próximos anos. Isto não deixa de significar de certo modo voltar a “fotografar os fotógrafos fotografando”.

Além desse trabalho mais reflexivo, preocupado com as relações entre ciência/academia e política/ativismo, continuo acompanhando as disputas em torno das políticas sexuais. Recentemente, posições consideradas mais “progressistas” começaram a operar, no Brasil e em outros países latino-americanos, em modo defensivo, depois de uma década de seguidas “conquistas”, sobretudo nos planos das políticas públicas e das decisões judiciais. Ganha força e visibilidade a atuação política voltada no sentido de manter os privilégios, materiais e simbólicos, do casal heterossexual reprodutivo. Em passado não muito distante, muitos consideravam que a área de estudos em gênero e sexualidade tratava de questões secundárias ou problemas de menor importância em relação à “grande política”. Hoje – nesse momento em que, em nome da preservação da “virtude” das crianças (sua adequação mais bem sucedida às convenções de gênero e sexualidade) e sua “integridade sexual”, mostras artísticas em importantes museus são encerradas ou censuradas, importantes teóricas que trabalham sobre gênero são hostilizadas publicamente, professores de pós-graduação na área são processados – tais problemas e questões estão no centro de um agudo e midiático conflito político e moral. Encontram-se envoltas em verdadeiro pânico moral, criado em torno da pedofilia e do que supostamente seria o principal meio de pedófilos “recrutarem” suas vítimas: a difusão da chamada “ideologia de gênero” nas escolas e outros espaços públicos, que promoveria uma precoce sexualização das crianças. É também nessa direção que penso prosseguir a partir daqui, refletindo sobre o que Maria Filomena Gregori tem considerado ser um *backlash*.

Além de o atual panorama social estar bastante revoltado em relação aos temas de que tenho tratado nos últimos anos, uma crise bem mais geral se abate sobre o país e particularmente sobre o estado do Rio de Janeiro. Como todos sabem, o trabalho na UERJ ficou quase inviabilizado no ano passado (2017) e nós, seus trabalhadores, ficamos sem receber nossos

²¹ Um pouco dessa reflexão encontra-se em: Ramos e Carrara, 2006; Carrara e Simões, 2007; Carrara, 2013a; Simões e Carrara, 2014; Fry e Carrara, 2016; Carrara, 2016.

salários durante meses. E se uma suposta “crise econômica” desarticula o aparelho de estado no Rio, há também o impacto de discursos neoliberais, em cujos termos maniqueístas o “Estado” incorpora, hoje mais que nunca, a figura do grande “Mal”. Ataca-se de modo geral o funcionalismo público, acusado de “privilégio”, e governos escolhem cortar investimentos em educação e ciência, tratados como “gastos”. Nesse momento histórico, não é fácil revisitar a trajetória profissional de toda uma vida (quase 40 anos!) dedicada ao ensino e à pesquisa em uma universidade pública. Espero que vocês, membros da banca, considerem ao final (e enfim) que este memorial e sua defesa pública contribuam de algum modo para dar visibilidade ao fato de que há “trabalhadores” no serviço público, ou seja, de que independentemente do nível de consagração que obtenham em suas carreiras, há pessoas comprometidas em desempenhar seriamente – muitas, apaixonadamente – suas atividades. Eu sou fruto desses “trabalhadores”, de vocês que aceitaram fazer parte dessa banca. Espero que, ao menos nesse sentido, meu memorial não os tenha decepcionado.

Espero também que sua leitura não tenha sido aborrecida. De todo modo, em um último esforço para reduzir esse risco, eu termino este memorial com mais um “causo”, entre os vários já contados; um que talvez nos ajude a “avaliar” trajetórias intelectuais ou carreiras acadêmicas como a descrita aqui em primeira pessoa. Aconteceu em Paris, em meados dos anos 1950. Nosso sacerdote da singularidade, Jean Genet, posava para o famoso retrato que Giacometti faria dele. Em dado momento, segundo conta, suspendendo o pincel no ar, o pintor olhou para ele e admirou-se: “Como você é bonito!”. Em seguida, voltando os olhos para a tela, complementou como para si mesmo: “... igual a todos os outros”. Sei bem que a tensão entre “ser um” e “ser mais um” é uma das mais cruciais aporias que habitam a cosmologia ocidental moderna. Que entre esses dois polos, este memorial e a trajetória da qual ele se ocupa possam ao menos encontrar um lugar de certo conforto...

Obrigado

Referências Bibliográficas²²

CARRARA, S., 1984. A ciência e a doutrina da identificação no Brasil. *Religião & Sociedade*, v.15.

MORAES, Cláudia; CARRARA, S. 1985a. Um vírus só não faz doença. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 17.

MORAES, Cláudia; CARRARA, Sérgio. 1985b. Um mal de folhetim. *Comunicações do ISER*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 17.

FRY, P.; CARRARA, S. 1986. As vicissitudes do liberalismo no Código Penal brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, p. 48-55.

FRY, P.; CARRARA, S.; COSTA, A. L. M. 1988. Escravidão & Invenção da liberdade: Estudos sobre o negro no Brasil. In: *Escravidão & invenção da liberdade*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense p. 232-264.

CARRARA, S.; MORAES, C. 1989. Un solo virus no hace enfermedad. *Cuadernos Medico Sociales*, p. 39-50.

CARRARA, S. 1989. Casos e acasos: o crime de um certo Custódio e o surgimento do manicômio judiciário no Brasil. *Cógito*, Salvador, v. 3, p. 71-107.

CARRARA, S. 1990 [1984]. A "ciência e doutrina da identificação no Brasil" ou do controle do eu no templo da técnica. *Boletim do Museu Nacional*, v. 50, p. 01-28.

CARRARA, S., 1991a. Singularidade, igualdade e transcendência: um ensaio sobre o significado social do crime. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, p. 80-88.

CARRARA, S. 1991b. O crime de um certo Custódio e o surgimento do manicômio judiciário no Brasil. Dados – *Revista de Ciências Sociais*, v. 34, p. 279-301.

CARRARA, S.; NAVES S. C.; SOARES, B. M. 1992. O tributo a Vênus: contribuição à história do combate às doenças sexualmente transmissíveis no Brasil. *Cadernos de História e Saúde*, v. 1, p. 29-35.

CARRARA, S. 1994a. Entre cientistas e bruxos: ensaio sobre os dilemas e perspectivas da análise antropológica da doença. In: *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Vol. 1, p. 33-45. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz.

CARRARA, S. 1994b. A AIDS e as doenças venéreas no Brasil. In: *AIDS e sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Eduerj. p. 73-108.

²² Esta bibliografia está organizada cronologicamente e, embora abarque de modo amplo a produção do autor deste Memorial no período considerado, pretende ser mais ilustrativa que exaustiva.

- CARRARA, S. **1996a**. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Vol. 1, p. 300. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- CARRARA, S. **1996b**. A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: *Sexualidades Brasileiras*. Vol. 1, p. 17-37. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- HEILBORN, M. L. e CARRARA, S. **1998**. Em cena, os homens... *Revista Estudos Feministas*, v. 6, p. 370-375.
- CARRARA, S., **1998**. *Crime e loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Vol. 1, p. 210. Rio de Janeiro: Eduerj/Edusp.
- CARRARA, S. **1999**. Utopias sexuais modernas: Uma experiência religiosa americana. *Religião & Sociedade*, v. 20, p. 93-107.
- CARRARA, S. **2000**. Utopias Sexuais Modernas: Uma experiência religiosa americana. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, p. 355-368.
- CARRARA, S.; MARTINS, H. V. **2000**. A sexologia e o mercado editorial no Rio de Janeiro de entreguerras. *Cadernos IPUB (UFRJ)*, v. 6, p. 21-36.
- CARRARA, S. **2002**. Uma "tempestade" chamada Latour: a antropologia da ciência em perspectiva. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 180-188.
- CARRARA, S.; RUSSO, J. A. **2002**. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a autoajuda. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 9, p. 273-290.
- CARRARA, S.; ENNE, A. L.; VIANNA, A. R. B. **2002a**. Entre o crime e a conciliação: A violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 39-57.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. B. R.; ENNE, A. L. **2002b**. Crimes de Bagatela: A violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. In: *Gênero e cidadania*. 1. ed. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp. p. 71-106.
- CARRARA, S.; CAETANO, M.; RAMOS, S. **2003**. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. 8ª Parada do orgulho GLBT. Vol. 1, p. 120. Rio de Janeiro: Pallas.
- CARRARA, S. **2004a**. Une science dérisoire: L'andrologie au Brésil entre les deux guerres. *Vibrant (Online)*, v. 1, p. 1-18.
- CARRARA, S. **2004b**. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil de entreguerras. In: *Controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Vol. 1, p. 427-453. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. **2004a**. A violência letal contra homossexuais no município do Rio de Janeiro: características gerais. In: *Ciudadanía Sexual en América Latina: abriendo el debate*. 1. ed. Lima: Universidad Peruana Cayetano Heredia. p. 47-64.
- CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. **2004b**. "As vítimas do desejo": os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980. In: *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Vol. 1, p. 365-383. Rio de Janeiro: Garamond Universitaria.
- RAMOS, S.; CARRARA, S. **2004**. Política, direitos, violência e homossexualidade: pesquisa na parada do orgulho GLBT – Rio 2003. *Boletim Segurança e Cidadania*, v. 02, p. 01-16.

CARRARA, S.; RAMOS, S. **2005**. *Política, Direitos, Violência e homossexualidade: pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004*. Rio de Janeiro: CEPESC. p. 115.

CARRARA, S. **2005**, Estrategia santi-coloniales: sífilis, raza e identidad nacional en el Brasil de entreguerras. In: *Avatares de la medicalización en América Latina 1870-1970*. Buenos Aires: Lugar Editorial. p. 171-195.

CARRARA, S. **2006**. As paradas de orgulho GLBT no Brasil e a construção de mundos possíveis In: *Parada: 10 anos de orgulho GLBT em SP*. São Paulo: Editora Produtiva/ Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo. p. 68-71.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. **2006**. "Tá lá um corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, p. 233-249.

RAMOS, S.; CARRARA, S. **2006**. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, p. 185-205.

CARRARA, S.; RAMOS, S.; SIMOES, J. A.; FACCHINI, R. **2006**. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Rio de Janeiro: CEPESC. p. 79.

CARRARA, S.; RAMOS, S.; LACERDA, P. M.; MEDRADO, B.; VIEIRA, N. **2007**. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006*. Rio de Janeiro: CEPESC. p. 88.

ARENDRT, M.; CARRARA, S. **2007**. A dança dos gêneros num clube de mulheres. *Psico (PUCRS)*, v. 38, p. 254-261.

CARRARA, S.; SIMOES, J. A. **2007**. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu (UNICAMP)*, v. jan, p. 65-100.

VIANNA, A. R. B.; CARRARA, S.; LACERDA, P. M. **2008**. Sexual Politics and Sexual Rights in Brazil: an overview. *Global Public Health (Print)*, v. 3, p. 5-21.

CARRARA, S.; VIANNA, A. R. B. **2008**. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil a partir da "Constituição Cidadã". In: *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. Vol. 1, p. 334-359. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

CARRARA, S.; RUSSO, J. A.; FARO, L. **2009**. A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino. *Physis (UERJ. Impresso)*, v. 19, p. 659-677.

VIANNA, A. R. B.; CARRARA, S. **2010**. Sexual politics and sexual rights in Brazil: a case study. In: *The politics of sexuality in Latin America: a reader on lesbian, gay, bisexual and transgender rights*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. p. 122-134.

CARRARA, S.; CARVALHO, M. **2010**. A sífilis e o aggiornamento do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos (Impresso)*, v. 17, p. 391-399.

- CARRARA, S. **2010**. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 4, p. 131-149.
- CARRARA, S.; LACERDA, P. M. **2011**. Viver sob ameaça: preconceito, discriminação e violência homofóbica no Brasil. In: *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 73-87.
- CARRARA, S.; SAGGESE, G. S. R. **2011**. Masculinidades, Violência e Homofobia In: *Saúde do Homem em Debate*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- CARRARA, S.; LEITE, V. **2011**. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. In: *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imago. p. 239-241.
- CARRARA, S. **2012a**. Antropologia e ciência no Brasil: a construção de um campo. In: *Ciências na Vida: antropologia da ciência em perspectiva*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome. p. 07-307.
- CARRARA, S. **2012b**. Direito e Saúde – Introdução. In: *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. 1. ed. Rio de Janeiro e Brasília: Contra Capa/LACED/Associação Brasileira de Antropologia. p. 11-574.
- CARRARA, S. **2012c**. Discrimination, policies, and sexual rights in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública* (ENSP. Impresso), v. 28, p. 184-189.
- NASCIMENTO, M. A. F.; CARRARA, S. **2012**. Sobre “Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão”. *Ciência e Saúde Coletiva* (Impresso), v. 17(10), p. 2583-2585.
- CARRARA, S. **2013a**. Négocier les frontières, négocier aux frontières: l’anthropologie et le processus de “citoyennisation” de l’homosexualité au Brésil. *Bresil(s)*, v. 4, p. 103-123.
- CARRARA, S. **2013b**. Discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil. In: *Estigma e saúde*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 143-160.
- SIMÕES, J. A.; CARRARA, S. **2014**. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu* (UNICAMP. Impresso), v. 42, p. 75-98.
- CARRARA, S. **2014**. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. In: *Tutela – formação do estado e tradições de gestão no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers. p. 297-314.
- RUSSO, J. A.; CARRARA, S. **2015**. Sobre as ciências sociais na Saúde Coletiva – com especial referência à Antropologia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 467-484.
- CARRARA, S. **2015**. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro (Online), v. 21, p. 323-345.
- CARRARA, S. **2016**. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. 1, p. 1-38.
- FRY, P.; CARRARA, S. **2016**. “Se oriente, rapaz!”: Onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos “outros” na controvérsia sobre as causas da homossexualidade? *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), v. 59, p. 258-280.

CARRARA, S.; CARVALHO, M. **2016**. Meu encontro com os outros – Memórias de José de Albuquerque, pioneiro da sexologia no Brasil. Vol. 1, p. 240. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

CARRARA, S.; AGUIÃO S.; LEITE LOPES, P. V.; TOTA, M. **2017**. *Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CEPESC. p. 272.